

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

A VENEZUELA E O LEGADO DE HUGO CHÁVEZ FRIAS:
REFORMA OU REVOLUÇÃO?

Alexandre Freitas Haubrich

Porto Alegre, dezembro de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

A VENEZUELA E O LEGADO DE HUGO CHÁVEZ FRIAS:
REFORMA OU REVOLUÇÃO?

Alexandre Freitas Haubrich

Monografia apresentada à banca examinadora do
Curso de Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS) como requisito final para a obtenção da
titulação de Bacharel em Ciências Sociais.

Aluno: Alexandre Freitas Haubrich

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Alejandro Gugliano

Porto Alegre, dezembro de 2013

“Confío que mis compatriotas y el mundo entero puedan evaluar justamente mi conducta y decidir si alguno se ha encontrado jamás en mis circunstancias, si alguno me ha excedido en sacrificios por la patria”

“El sistema de gobierno más perfecto es aquel que produce mayor suma de felicidad posible”

“La unidad de nuestros pueblos no es simple quimera de los hombres, sino inexorable decreto del destino”

Simón Bolívar

RESUMO

Os quatorze anos em que a Venezuela foi governada por Hugo Chávez foram tempo de transformações políticas, sociais e econômicas naquele país. Mas qual a profundidade destas transformações? Este trabalho procura ampliar uma frente de investigação sobre essa questão, tratando de analisar, sob a perspectiva da oposição e / ou complementaridade entre processos reformistas e revolucionários, dados sociais, econômicos e políticos da Venezuela que Chávez recebeu em 1999 em comparação com o país que construiu até morrer, em 2013. Debruçando-se sobre estes dados, e tendo em conta também as mudanças sofridas pelo restante da América Latina no mesmo período, a presente monografia procura debater a possibilidade de classificar o processo político vivido na Venezuela nesse período como “reformista” ou como “revolucionário”, a partir dos conceitos formulados por alguns dos pensadores que trataram do tema e das distinções e coincidências apontadas por eles.

Palavras-chave: Venezuela; Hugo Chávez; revolução; reforma; América Latina.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráficos:

GRÁFICO 1 – Índice de Desenvolvimento Humano.....	24
GRÁFICO 2 – Média anual de crescimento do IDH.....	24
GRÁFICO 3 – Taxa de alfabetização de adultos.....	25
GRÁFICO 4 – Taxa de matrícula no primeiro nível de ensino.....	25
GRÁFICO 5 – Taxa de matrícula no segundo nível de ensino.....	26
GRÁFICO 6 – Taxa de matrícula no terceiro nível de ensino.....	26
GRÁFICO 7 – Esperança de vida ao nascer.....	27
GRÁFICO 8 – Taxa de mortalidade infantil.....	27
GRÁFICO 9 – Desnutrição infantil.....	28
GRÁFICO 10 – Satisfação com a qualidade dos cuidados de Saúde.....	28
GRÁFICO 11 – Redução média anual da situação de pobreza e indigência.....	29
GRÁFICO 12 – Quão justa é a distribuição de renda?.....	30
GRÁFICO 13 – Variação: Quão justa é a distribuição de renda?.....	30
GRÁFICO 14 – Variação da percepção sobre distribuição de renda justa.....	31
GRÁFICO 15 – Destino das exportações venezuelanas.....	34
GRÁFICO 16 – Redução das exportações latino-americanas para os Estados Unidos.....	34
GRÁFICO 17 – Origem das importações venezuelanas.....	35
GRÁFICO 18 – Redução das importações latino-americanas com origem nos Estados Unidos.....	36
GRÁFICO 19 – Investimentos na América do Sul em setores de infraestrutura.....	37
GRÁFICO 20 – Abstenção nas eleições presidenciais e regionais venezuelanas.....	38
GRÁFICO 21 – Confiança na eficácia do voto.....	39
GRÁFICO 22 – Participação em manifestações autorizadas.....	39
GRÁFICO 23 – Frequência com que fala de política.....	40
GRÁFICO 24 – Frequência com que tenta convencer politicamente.....	41
GRÁFICO 25 – Frequência com que trabalha para um partido político ou candidato.....	41

GRÁFICO 26 – Incompreensão política.....	42
GRÁFICO 27 – Apoio à democracia na Venezuela.....	43
GRÁFICO 28 – Aumento do apoio à democracia na América Latina.....	43
GRÁFICO 29 – Quão democrático é o país?.....	44
GRÁFICO 30 – Satisfação com a democracia.....	44
GRÁFICO 31 – Aumento da satisfação com a democracia.....	45
GRÁFICO 32 – Percepção sobre atitudes cívicas no país.....	45
GRÁFICO 33 – Oportunidade de que suas ideias cheguem ao poder.....	46
GRÁFICO 34 – Crescimento da confiança nos partidos políticos.....	46
GRÁFICO 35 – O Estado pode solucionar os problemas?.....	47

Tabelas:

TABELA 1 – Atendidos pelas Grandes Misiones.....	32
TABELA 2 – Atendidos pelas Misiones de Saúde.....	33
TABELA 3 – Atendidos pelas Misiones de Educação.....	33
TABELA 4 – Atendidos pelas Misiones em proteção social.....	33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1 REFORMA E REVOLUÇÃO.....	11
1.1 Rosa Luxemburgo e a defesa da revolução.....	12
1.2 Leon Trotsky e a <i>Revolução Permanente</i>	13
1.3 Florestan Fernandes e a revolução nos países periféricos.....	14
1.4 Edmundo Moniz, revolução nacional e revolução socialista.....	16
1.5 Miguel Urbano Rodrigues e as reformas como instrumentos de luta.....	17
1.6 Paul Singer, J. Posadas e a questão da hegemonia.....	18
1.7 Diálogos e conceito geral.....	18
2 A VENEZUELA SOB HUGO CHÁVEZ.....	21
2.1 Antecedentes.....	21
2.2 A presidência de Chávez.....	22
2.3 Dados sociais.....	23
2.3.1 IDH.....	23
2.3.2 Educação.....	24
2.3.3 Saúde.....	26
2.3.4 Pobreza e distribuição de renda.....	28
2.3.5 Misiones.....	31
2.4 Dados de política externa.....	33
2.5 Dados políticos.....	37
2.5.1 Participação política.....	37
2.5.2 Democracia.....	42
2.5.3 Percepção política.....	45
3 A PROFUNDIDADE DAS TRANSFORMAÇÕES NA VENEZUELA.....	48
3.1 Dados sociais.....	48
3.2 Dados de política externa.....	49
3.3 Dados políticos.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

INTRODUÇÃO

Em 1992 surgia para o cenário político latino-americano Hugo Chávez Frias, depois de liderar uma tentativa de golpe de Estado na Venezuela. O golpe fracassou, Chávez foi preso, mas seis anos depois foi eleito presidente, cargo no qual seguiu até o início de 2013, quando morreu vítima de um câncer.

Nos quatorze anos de governo, Chávez transformou a Venezuela através do que chamou de Socialismo do Século XXI e de Revolução Bolivariana. Se as transformações são reconhecidas e demonstradas por índices socioeconômicos, classificá-las como parte de uma *revolução* significa uma conceituação ainda mais complexa. Essa análise deve partir da definição de *revolução* e do estudo sobre as mudanças da Venezuela nos últimos 14 anos, determinando se há ali uma mudança nas estruturas de poder político e econômico que possa apontar um caminho revolucionário.

O problema que este trabalho quer analisar, portanto, é: as transformações da sociedade venezuelana levadas a cabo durante os quatorze anos de presidência de Hugo Chávez podem ser consideradas revolucionárias ou são apenas reformistas?

Considerando a distinção entre *reforma* e *revolução* como sendo a primeira um processo de mudanças *dentro* do sistema político-econômico vigente e a segunda um processo de mudança *do* sistema; e considerando também que é possível que uma *revolução* seja encaminhada por um conjunto de *reformas*; nossa hipótese é de que o projeto político liderado por Hugo Chávez na Venezuela pode ser considerado um projeto revolucionário, ainda que não esteja completo e possa, de acordo com problemáticas nacionais e internacionais, encaminhar-se em sentido diferente.

Assim esclarecidas as motivações e definido o problema para o qual esta pesquisa busca resposta, assim como apresentada a hipótese inicial, delineiam-se os objetivos que deverão ser alcançados até a finalização do presente estudo. O objetivo geral que se impõe é avaliar o processo político liderado por Hugo Chávez Frias na Venezuela sob a perspectiva da questão *reforma x revolução*, e procurar aproximações com um ou outro conceito. Para alcançar esse objetivo geral, colocam-se alguns objetivos específicos, sendo eles:

- Compreender a forma pela qual diferentes autores tratam a distinção entre *reforma* e *revolução*;
- Comparar dados sociais, políticos e econômicos da Venezuela pré-chavista com dados do mesmo país após a saída de Hugo Chávez da presidência, com sua morte em 2013;
- Analisar a profundidade, a qualidade e a abrangência das transformações realizadas durante o período analisado sob a perspectiva da discussão *reforma x revolução* e os conceitos apresentados pelos autores estudados;
- Verificar se as transformações analisadas conformam um contexto *revolucionário* ou apenas *reformista*.

Para que se torne possível alcançar todos os objetivos específicos e o objetivo geral a que este trabalho se propõe, serão utilizadas as metodologias de revisão bibliográfica e coleta de dados, unindo a análise quantitativa dos dados à análise qualitativa sobre sua pertinência em relação aos conceitos propostos pelos autores pesquisados.

Na etapa de revisão bibliográfica este estudo se debruçará sobre o que escreveram alguns autores a respeito da questão da diferenciação entre processos reformistas e processos revolucionários, tanto em relação à definição de conceitos quanto em relação a possíveis complementaridades entre essas definições. Os autores e suas obras serão selecionados levando-se em conta a relevância histórica do que escreveram para este debate e a dedicação que destinaram ao tema em questão.

É tarefa complexa a de objetivar ao máximo a percepção sobre o nível de rompimento que um processo político ainda em andamento é capaz de proporcionar. Mas é fundamentalmente através dessa análise, de qualidade e profundidade do rompimento, ou seja, de mudanças estruturais, que será possível realizar a discussão proposta por este trabalho, avaliando se os anos de governo de Hugo Chávez deram início a um processo revolucionário ou foram lugar apenas de ações governamentais reformistas.

Para levar a cabo essa tarefa é necessário manter o foco justamente em índices que se referem a possíveis modificações na estrutura do poder político e econômico na Venezuela. Nesse sentido, pretendemos analisar dados sociais, dados políticos e dados econômicos, de forma que sejam abrangidos os diversos setores da sociedade capazes de demonstrar a profundidade dessas mudanças. Será feita uma comparação entre os dados

de 1998, ano em que Hugo Chávez venceu sua primeira disputa eleitoral pela presidência, e os números mais recentes disponíveis até 2013, quando o líder morreu vítima de um câncer (nos casos em que não estiverem disponíveis dados de 1998, serão utilizados os índices das datas mais aproximadas possíveis). Assim teremos a dimensão das mudanças construídas nestes 14 anos. Também será necessário inserir alguns desses dados no contexto geral latino-americano, com o objetivo de perceber se essas transformações são localizadas na Venezuela ou parte de um contexto geral da região, mesmo em países não alinhados à política venezuelana.

Os dados políticos analisados terão foco na questão da participação eleitoral e política e na percepção sobre a democracia no país. Com esse grupo de dados políticos entendemos que será possível avaliar se houve um avanço emancipatório da população venezuelana, o que constitui-se como importante índice para perceber mudanças de eixo na constituição do Estado e da sociedade daquele país.

Para os dados sociais serão tratados números ligados à Educação, à Saúde, ao Índice de Desenvolvimento Humano e às Misiones, programas sociais desenvolvidos durante a presidência de Hugo Chávez. A Educação formal é um caminho fundamental para a construção de cidadania e consciência social e política, e esses dados, se não possuem um caráter demonstrativo absoluto – já que não se chegará à análise dos conteúdos estudados –, serão bons indicativos nesse sentido. Avanços dos indicadores de Saúde podem demonstrar um acréscimo na qualidade de vida, no atendimento a um direito básico, e na presença do Estado junto aos setores sociais historicamente desassistidos.

Também serão utilizados dados referentes à economia e à política externa: principais parceiros comerciais de exportação; principais parceiros comerciais de importação. O alinhamento internacional com países mais próximos ou mais afastados dos Estados Unidos, assim como a proximidade com a América Latina nesse sentido, podem dar mais indicativos sobre a orientação política do Estado venezuelano a partir da Quinta República (período iniciado com a chegada de Chávez à presidência), e apontar para mudanças significativas na condução desse Estado.

Após a coleta e apresentação dos dados, estes serão analisados sob a perspectiva da discussão proposta, confrontando as transformações identificadas com os conceitos de

reforma e de *revolução* e seus aprofundamentos extraídos da revisão bibliográfica e da busca por intersecções entre os autores estudados.

Dessa forma o trabalho deverá chegar às considerações finais a respeito da questão de pesquisa e a uma avaliação da validade da hipótese formulada nesta introdução, além de apontar novas questões de pesquisa surgidas a partir da investigação aqui desenvolvida e que, por conta das limitações inerentes a um Trabalho de Conclusão de Curso e aos rumos tomados no presente estudo terão de ser abordadas em trabalhos futuros, mesmo que tenham se mostrado importantes durante o desenvolvimento da presente monografia – e inclusive por este motivo.

1. REFORMA E REVOLUÇÃO

De acordo com as linhas político-ideológicas, as definições sobre o que constitui um processo revolucionário variam enormemente. Mesmo partindo apenas de autores ligados a ideários de esquerda, socialistas, as divergências são importantes. Ainda que a definição de *revolução* não possua muitas variáveis, sendo majoritariamente formulada como uma mudança profunda, estrutural em um sistema político-social, há um grande nível de diferenciação entre os autores sobre como identificar um processo revolucionário, especialmente quando se refere ao momento histórico presente, quando se refere a algo em curso, inclusive pelo caráter necessariamente subjetivo de algumas análises.

Dois dos mais famosos esforços no sentido de conceituação de um processo revolucionário são a formulação da ideia de *revolução permanente* por Leon Trotsky (embora seja esse um conceito apresentado originalmente por Karl Marx foi Trotsky quem o desenvolveu com mais profundidade) e a discussão levada a cabo por Rosa Luxemburgo em seu *Reforma ou Revolução*, no qual responde a um colega de Partido Social Democrata Alemão, Eduard Bernstein, que apresentara uma teoria segundo a qual seria possível alcançar o socialismo através apenas de transformações graduais no capitalismo.

Sendo necessário adotar um ponto de partida para evitar retroagir infinitamente em conceituações que fogem ao mote central do presente trabalho, nos referiremos a *revolução*, enfim, como uma transformação estrutural do sistema social vigente; trabalharemos com a visão marxista de que vivemos em uma sociedade capitalista que só poderá ser revolucionada com a passagem ao socialismo – e não a um sistema anterior –; e manteremos a classificação marxista do socialismo como um sistema social no qual a maioria da população passe gradualmente ao controle político e econômico da sociedade. Partindo dessas premissas, analisaremos como alguns autores percebem a questão central a ser discutida neste estudo, ou seja, a identificação da existência de uma revolução ou de um processo meramente reformista. Os autores selecionados para servirem de base a este trabalho têm suas obras entre as mais importantes discussões sobre essa temática, e/ou fizeram dessa questão um de seus focos fundamentais de análise.

1.1. Rosa Luxemburgo e a defesa da revolução

A filósofa e economista polonesa Rosa Luxemburgo desenvolveu, em *Reforma ou Revolução* (1999), como resposta a uma tese de Eduard Bernstein, uma ampla avaliação sobre o que diferencia processos revolucionários e reformistas. Ainda que seu objeto seja a defesa da revolução e não sua identificação, sua formulação acaba seguindo também nesse sentido.

Luxemburgo não descarta a importância de reformas para um processo revolucionário, mas vê nas intenções, no *como* mais do que no *o quê*, o fator fundamental. Em relação às lutas sindicais, por exemplo, afirma (1999, p. 58) que, sob o ponto de vista revolucionário, são instrumentos de preparação do proletariado, “isto é, o **fator subjetivo** da transformação socialista”, e que há a inevitabilidade da conquista do poder, enquanto, ainda segundo ela, para os revisionistas (entre os quais inclui Bernstein) a importância das lutas sindicais está em “realizar **objetivamente** a transformação socialista”. Assim, Luxemburgo refuta a possibilidade de progressividade que leve à transformação socialista, mas não descarta a importância dessas lutas, já que “elas socializam o **conhecimento**, a consciência do proletariado, organizam-no como classe” (1999, p. 58). No mesmo sentido, a autora defende a ideia de “estabelecer o **modo de repartição socialista** por meio de supressão do **modo de produção capitalista**”, em vez de “combater o **modo de repartição capitalista**, na esperança de conseguir estabelecer progressivamente, por este meio, o **modo de produção socialista**” (1999, p. 86). Destaca, assim, a necessidade de ascensão ao poder político para que possam ser efetivadas mudanças socialistas.

Luxemburgo (1999, p. 97) destaca que o fundamental na diferenciação entre reforma e revolução não é o tempo de duração de cada processo, mas o conteúdo das mudanças que são postas em prática. Embora ela não aponte quais as mudanças práticas seriam parte de uma revolução, afirma que o segredo das mudanças históricas profundas reside na “transformação de simples modificações quantitativas em uma nova qualidade ou, mais concretamente falando, na passagem de um dado período histórico, de uma forma de sociedade, a outra”. Não se deve, portanto, segundo ela, defender-se reformas legais “em vez de e em oposição à conquista do poder político e à revolução social”. Essa atitude levaria a uma finalidade diferente: “modificações superficiais na antiga sociedade, em vez da instauração de nova sociedade”. Porém, admite que a transformação socialista necessita de luta demorada e persistente, incluindo a luta por reformas como um

instrumento de formação de consciência, ainda que seja necessário um momento de inflexão, de tomada definitiva do poder.

1.2. Leon Trotsky e a *Revolução Permanente*

Um dos líderes e mais importantes teóricos da Revolução Russa, Leon Trotsky desenvolveu o conceito de *revolução permanente*, destacando, como Luxemburgo, a necessidade de tomada do poder, mas afirmando ser inconcebível a derrubada do capitalismo sem o que chama de “questões táticas mesmo pequenas e parciais” (s.d., p. 10). Porém, faz uma ressalva importante: “Nenhuma das reivindicações transitórias pode ser completamente realizada com a manutenção do regime burguês” (s.d., p. 39). Destaca ainda a necessidade, para que esse processo se complete, de que a classe trabalhadora “esmague” a burocracia, vista como braço da burguesia (s.d., p. 48).

Para Trotsky (1977), se impõe a necessidade, para que uma revolução se efetive como socialista, de avanços semelhantes a nível internacional. Afirma que “nenhum país do mundo poderá construir o socialismo nos seus limites nacionais” (1977, p. 183), e que esse é um processo longo, duradouro e contínuo, especialmente nos países que chama de “burgueses atrasados”, os países capitalistas periféricos.

1.2.1. A *revolução permanente* nos países periféricos

O autor faz – e esse é um conceito fundamental – uma diferenciação entre *revolução democrática* e *revolução socialista*, mas vê as duas como ligadas por um mesmo fio contínuo, descartando uma visão etapista do caminho a ser atravessado. Trotsky explica que, no sentido atribuído por Marx, a *revolução permanente* é aquele que “não se detém no estágio democrático, mas passa às medidas socialistas e à guerra contra a reação exterior; uma revolução em que cada etapa está contida em germe na etapa precedente, uma revolução que só acaba com a liquidação total da sociedade de classe” (1977, p. 33).

Nos países atrasados essas duas lutas (democrático-nacional e socialista) precisariam ser combinadas, já que estas nações reúnem em si “as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalistas” (s.d., p. 40), mantendo assim um *desenvolvimento desigual e combinado*, ou seja, características de

capitalismo avançado, de capitalismo atrasado e até mesmo características feudais. Dessa forma, as revoluções socialistas nos países atrasados só poderiam acontecer concomitantemente a suas revoluções nacionais atrasadas, assim como as revoluções nacionais só poderiam ser realizadas pela classe trabalhadora. Segundo o autor, “as reivindicações da democracia, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas procedem imediatamente umas das outras” (s.d., p. 41).

O processo de revolução permanente que se estabelece nos países atrasados se dá, portanto, para Trotsky, da seguinte forma: a classe trabalhadora chega ao poder, passa a exercer tarefas democráticas nacionais e vê-se, em determinado momento, deparando-se com tarefas socialistas, às quais se vê obrigado a cumprir, confrontando-se com os direitos burgueses. O tempo relativo a esse processo e a cada uma de suas etapas não é, porém, determinado nem determinável. A democracia, assim, não é considerada um fim em si mesmo, mas “o prólogo imediato da revolução socialista, à qual a liga um elo indissolúvel” (1977, p. 35). Trotsky acredita que, em um contexto de capitalismo imperialista, no qual a soberania nacional está em jogo, a burguesia não é capaz de levar a cabo a revolução democrática nos países periféricos. Vê no proletariado quem poderá encabeçar essa mudança, que será necessariamente processual: “No decurso do seu desenvolvimento, a revolução democrática transforma-se diretamente em revolução socialista e torna-se assim uma *revolução permanente*” (1977, p. 205).

1.3. Florestan Fernandes e a revolução nos países periféricos

As teorias da *revolução permanente* e do *desenvolvimento desigual e combinado* influenciaram profundamente o pensamento do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. O autor (1981) entende que, nos países de capitalismo periférico, “revoluções dentro da ordem” são fundamentais, considerando que as burguesias nacionais não estão dispostas a promover as “revoluções burguesas” presentes na história dos países centrais do capitalismo. Essas revoluções nacionais e democráticas são, segundo Fernandes, importantes para que a classe trabalhadora se organize: “o envolvimento político das classes trabalhadoras e das massas populares no aprofundamento da *revolução dentro da ordem* possui consequências socializadoras de importância estratégica” (1981, p. 14). Ainda de acordo com Fernandes, nesse processo o proletariado “aprende que deve passar

tão depressa quanto possível da condição de fiel da ‘democracia burguesa’ para a de fator de uma *democracia da maioria (...)*” (1981, p.15). Ao mesmo tempo, porém, Fernandes afirma que apenas após a conquista do poder seria possível ao proletariado avançar na construção de uma nova ordem social. Sem isso manter-se-ia a hegemonia burguesa, e esta poderia “enfrentar a maré montante, seja fazendo concessões e ampliando os direitos civis, sociais e políticos do proletariado *dentro da ordem*, seja aproveitando as condições favoráveis para reduzir o ímpeto da pressão operária e, se possível, neutralizá-la” (1981, p. 43).

Fernandes admite a possibilidade da via democrática como caminho revolucionário, desde que haja o enfrentamento de classes, e lembra que a revolução democrática é “apenas instrumental” para o proletariado, sentido de ser, como para Luxemburgo e Trotsky, nada mais do que uma forma de formação e consolidação da consciência de classe:

(...) os proletários podem relacionar-se com duas revoluções distintas: 1º) com a revolução burguesa, inicialmente como força tutelada e cauda política da burguesia; 2º) com a revolução proletária, inicialmente criando as condições que a tornam possível (o que se dá dentro da ordem burguesa e graças a meios que são típicos da existência do ‘trabalho livre’) e, mais tarde, na luta pela conquista da hegemonia social e do poder político (FERNANDES, 1981, p. 52).

Porém, no que se refere aos países periféricos, o sociólogo percebe a revolução nacional como algo mais promissor. Afirma que nos lugares onde este processo ainda não é uma realidade, já teria se tornado disfuncional ao capitalismo, por conta da organização estrutural mundial, e, portanto, “para que a revolução nacional ganhe viabilidade em muitos países periféricos é preciso que as revoluções proletárias quebrem as amarras de seu estancamento ou paralisação” (1981, p. 83), tornando-se assim inseparáveis, nos países periféricos, as revoluções nacional (democrática) e proletária (socialista). Nesse sentido, Fernandes usa como exemplo a Revolução Cubana de 1959, na qual um ideário inicialmente nacionalista, anti-imperialista e democrático, “que se fundava na nação e não na classe” (1981, p. 85), conduziu a um processo socialista.

1.4. Edmundo Moniz, revolução nacional e revolução socialista

Estudioso marxista e jornalista, Edmundo Moniz (1987) define *revolução* como “a mudança das estruturas sociais que termina com a exploração do homem pelo homem e cria condições para se passar da sociedade de classes para a sociedade sem classes” (1987, p. 251), e segue um caminho semelhante ao de Trotsky e Fernandes ao concentrar sua análise em três aspectos fundamentais: a necessidade de internacionalização das revoluções proletárias; o caráter permanente desses processos; e a ausência de separação, nos países que chama de “dependentes”, entre a revolução nacional e a revolução socialista.

Moniz lembra que Lenin só admitia a revolução operária dentro de um contexto revolucionário internacional e que, para Trotsky, a revolução nacional nos países coloniais só pode ser feita pelo proletariado:

Há dois aspectos na teoria da revolução permanente de Trotsky: o que se refere às nações coloniais, semicoloniais e dependentes e o que se refere aos países desenvolvidos. Para o primeiro caso, as tarefas democráticas nacionais libertadoras só podem ser resolvidas pela revolução social, isto é, pela ascensão do proletariado ao poder, aliado aos camponeses, e à instalação de sua ditadura de classe. (MONIZ, 1987, p. 105)

O autor exemplifica esse conjunto de ideias com o caso da Revolução Cubana, que, de acordo com ele, passou por um “processo permanente que leva a revolução democrática burguesa a transformar-se em revolução socialista” (1987, p. 185), cujas mudanças constituíram um todo sem interrupção entre caráter nacional e socialista. Para ele, nos países dependentes as revoluções nacional e burguesa têm interesses e propósitos que coincidem. Fazem parte do mesmo processo, e o tempo da passagem é variável. Além disso, Moniz aponta que são revoluções inseparáveis, lutas que precisam ser enfrentadas ao mesmo tempo. Lembra ainda que Marx e Trotsky defendiam a ideia de *revolução permanente*, sendo esta um processo, e sustenta que apenas o socialismo pode concluir a revolução democrática burguesa: “Realizar-se-ia a revolução democrática ao mesmo tempo que se realizaria a revolução socialista. Não se tratava de suprimir uma etapa, mas de concluir as tarefas da própria revolução burguesa que ela não pôde concluir” (1987, p. 254). Moniz destaca, porém, a necessidade de rompimento com a sociedade capitalista,

citando um corolário de Marx: “Quem não destrói a máquina será destruído por ela” (1987, p. 193).

1.5. Miguel Urbano Rodrigues e as reformas como instrumentos de luta

O português Miguel Urbano Rodrigues (1968) critica a divisão entre *reforma* e *revolução*, caracterizando essa prática como “sectária e nada marxista” (1968, p. 186). Rodrigues acompanha a formulação de Luxemburgo, de que a questão fundamental não está em defender e construir reformas, mas em limitar-se a elas. Ele entende as reformas como um “instrumento de lutas”, não como um fim em si mesmo:

O que distingue um reformador social de um revolucionário não é o fato de perseguir reformas, mas o fato de se limitar expressamente a isso. (...) Uma estratégia operária que recorra inicialmente à imposição de reformas será revolucionária na medida em que as mesmas, pelo seu conteúdo, tenham em vista não a conservação mas a abolição do sistema capitalista (RODRIGUES, 1968, p. 187).

Rodrigues admite a existência de, por um lado, reformas que podem fortalecer o capitalismo e, por outro, reformas que o abalam, por introduzirem na sociedade capitalista “elementos incompatíveis com a sua lógica, estimulando as contradições do sistema e tornando o seu equilíbrio cada vez mais precário” (1968, p. 190). Faz nesse, sentido, a distinção entre estratégias socialistas de reformas e reformismo capitalista. Mas reconhece a dificuldade em identificar que medidas se encaixam em cada uma das tipologias, destacando o papel do contexto geral de medidas para identificar sua motivação e finalidade, mais do que a análise de “*cada uma* das reformas preconizadas e *cada um* dos objetivos programáticos” (1968, p. 190).

O autor destaca ainda a necessidade, para os objetivos revolucionários em contraposição aos puramente reformistas, da constante e ininterrupta mobilização das massas nessa direção. Afirma que “se a batalha pelas reformas não é permanente, o capitalismo recupera-se dos seus desaires iniciais e não tarda a encontrar uma solução para as novas contradições geradas pelas reformas que lhe foram arrancadas” (1968, p. 191).

1.6. Paul Singer, J. Posadas e a questão da hegemonia

Além dos elementos apresentados e desenvolvidos nos estudos já referidos, há dois autores que, de formas distintas, tratam de uma mesma temática como fundamental na questão da compreensão e distinção entre processos revolucionários e outros puramente reformistas. Singer (1980) e Posadas (2009) percebem na problemática da hegemonia o desdobramento mais importante.

Para Singer, as relações de produção não podem alterar de uma só vez o que é produzido nem como se dá essa produção, vendo extremamente limitada a capacidade de intervenção das forças populares na economia. O autor aponta, então, a disputa pelo Estado como caminho inicial, já que as novas relações inicialmente poderiam instalar-se apenas no plano político. Singer explica ainda que mesmo essa possível tomada do poder estatal não acontece de maneira abrupta, cabendo à classe trabalhadora, portanto, disputar “uma parte decisiva do poder último de decisão”, ou seja, a hegemonia (1980, p. 55).

Singer vê o processo de “transição ao socialismo” como dificultado por, em uma primeira etapa, a “vida social” continuar monopolizada por uma minoria que, por sua técnica e seus privilégios históricos, “possui a competência indispensável para exercer este poder” (1980, p. 56). Ele recorre então à coletividade dos trabalhadores como grupo capaz de exercer as pressões sobre esta minoria para que suas necessidades sejam atendidas, até que possa, finalmente, assumir o poder político.

Posadas propõe um caminho semelhante ao falar em “dualidade de poderes”, contexto no qual direções de origem capitalista são influenciadas pelo proletariado, de forma que a estrutura, as relações econômicas e sociais desses países, mesmo que se mantenham sob controle capitalista, não permitem a reprodução ampliada do sistema, é um Estado capitalista que acaba por negar a si mesmo e a estimular saídas revolucionárias socialistas.

1.7. Diálogos e conceito geral

Ainda que entre os autores trabalhados até aqui existiam diferenças de foco, de priorização de elementos significativos e mesmo de análise, há muitos pontos de intersecção entre as abordagens e concepções de cada um deles a respeito da questão central do debate aqui proposto: a distinção entre *reforma* e *revolução*. Nos parágrafos

seguintes tentaremos delinear alguns pontos de coerência dentro do conjunto de autores estudados para que, a partir da formulação de uma ideia geral e conjunta sobre essa questão, se possa analisar, nos capítulos seguintes, o processo político conduzido por Hugo Chávez na Venezuela desde que chegou à presidência, no ano de 1998.

Não há divergências fundamentais, enfim, entre os autores aqui relacionados, no que se refere à conceituação de *reforma e revolução*. Para eles, *reformas* são mudanças internas ao sistema e ao modelo político, econômico e social, mudanças que trazem novas situações específicas mas não alteram a situação de fundo, ou seja, a estrutura social. Uma *revolução*, por outro lado, seja ela alcançada através de reformas radicais paulatinas ou de um rompimento absoluto e fatídico, é uma transformação profunda, que altera as estruturas de poder político e econômico, uma transformação que mexe nas relações entre as classes sociais e inverte a relação de hegemonia estabelecida entre elas.

Está presente nos estudos aqui trabalhados a noção de que não é nada fácil identificar se um processo político é revolucionário ou determinar que elementos específicos levariam a esse caminho. Crane Brinton (1958), historiador estadunidense que procurou traçar uma “anatomia das revoluções”, admite:

O físico pode determinar exatamente os pontos de ebulição; o cientista social não pode medir a mudança com um termômetro tão exato como o do físico e dizer quando é que a mudança comum passa, através da ebulição, a mudança revolucionária. (...) O elemento importante na definição científica é que ela tenha base em fatos e nos capacite a lidar melhor com os mesmos (...). (BRINTON, 1958, p. 47)

Os autores analisados concordam sobre a real possibilidade de chegar à revolução através de reformas, mas advertem que nem todas as reformas conduzem à revolução, destacando alguns aspectos que podem ajudar a identificar um possível caráter revolucionário nesse processo, por exemplo a **intenção**, o **conjunto** (em contraposição à ideia de reformas isoladas), e o **tipo** dessas reformas. Rosa Luxemburgo, por exemplo, ressalta a importância do *o quê* em vez do *como*, ou seja, da *qualidade* das reformas. Também Miguel Urbano Rodrigues reforça a ideia de que a questão não está em construir reformas, mas em não limitar-se a elas.

Mesmo que Luxemburgo afirme a impossibilidade de simples progressividade que leve à revolução socialista, valoriza as reformas como *instrumentos de luta*, como espaço

de *formação de consciência de classe*, e esse é outro ponto no qual concorda com outros autores aqui citados.

Os autores analisados (Trotsky, Luxemburgo e Fernandes, em especial) também dão importância, majoritariamente, à questão da **tomada do poder** como necessidade revolucionária, mesmo que para Paul Singer e J. Posadas baste, em um primeiro momento, a **hegemonia** dos processos decisórios ser tomada pela classe trabalhadora, que poderia pressionar direções de origem capitalista.

Leon Trotsky, Florestan Fernandes e Edmundo Moniz tratam com especial dedicação da especificidade do problema da revolução socialista nos países de capitalismo periférico, ou países dependentes. Para os três autores, nessas nações a revolução burguesa (nacional) está atrasada, e já não pode mais ser levada a cabo por outra classe que não a trabalhadora. Dessa forma, o proletariado se enfrentará nesse processo com a necessidade de construir uma *revolução permanente*, que una a revolução nacional à revolução proletária (socialista). Há pequenas nuances (enquanto Fernandes caracteriza a revolução democrática (nacional) como “instrumental”, Moniz vê ausência de separação entre revolução nacional e socialista nesses países), mas a tese de fundo é a mesma: nos países de capitalismo periférico (caso da Venezuela, objeto deste trabalho) as revoluções *nacional* e *socialista* se confundem, e só podem ser construídas pela classe trabalhadora, em meio às contradições inerentes a uma sociedade capitalista sendo transformada através de reformas que entram em contradição com o capitalismo, até que o proletariado se veja obrigado ao rompimento. De acordo com os mesmos autores, o contexto internacional também é fundamental para que esse processo avance, já que não concebem uma revolução socialista isolada.

2. A VENEZUELA SOB HUGO CHÁVEZ

2.1. Antecedentes

A Venezuela viveu um processo de colonização semelhante ao do restante da América Hispânica, com exploração e escravidão a serviço dos colonizadores. Assim seguiu até o início do século XIX, quando a independência foi conquistada sob o comando de Francisco de Miranda e Simón Bolívar. Este segundo tinha como objetivo, mais do que a independência de um ou outro país, a unificação da América Hispânica. Conseguiu constituir a Grã-Colômbia, unidade que corresponderia hoje aos territórios de Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador e Panamá, além de uma parte do espaço amazônico brasileiro. Mas a Grã-Colômbia não durou muito, e aos poucos foi se repartindo, especialmente após a morte de Bolívar.

Após a desintegração da Grã-Colômbia, a Venezuela viveu tempos de golpes militares consecutivos entremeados por curtos períodos com eleições. A última ditadura venezuelana foi a de Marcos Pérez Jiménez, que durou de 1948 a 1958. Neste ano, após um golpe depor Pérez Jiménez, os maiores partidos políticos do país firmaram um acordo, o *Pacto de Punto Fijo*, através do qual procuravam garantir uma mínima estabilidade política e a possibilidade de alternância no poder, com a garantia de que os resultados eleitorais fossem respeitados. Assinaram o acordo a Ação Democrática (AD), o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei) e a União Republicana Democrática (URD). O único partido existente no momento e que foi excluído do pacto foi o Partido Comunista da Venezuela. Na prática, o *Pacto de Punto Fijo* era a reunião das elites políticas e econômicas para buscar mais tranquilidade em sua condução conjunta da sociedade venezuelana.

Esse equilíbrio começou a ser rompido com a política econômica e social desenvolvida por Carlos Andrés Pérez (AD), eleito presidente pela segunda vez em 1988. A guinada neoliberal da América Latina levou junto Andrés Pérez, que em sua primeira presidência, ainda nos anos 1970, adotara uma linha de centro-esquerda. Em seu segundo mandato, a tônica foram as privatizações e a parceria com o Fundo Monetário Internacional. A situação a que chegou o país desembocou no *Caracazo*, revolta popular que estourou nas ruas de Caracas e que acabou com violenta repressão da polícia do exército e, oficialmente, 300 mortos – algumas organizações não-governamentais falam em 3500 mortos. Pérez acabou sofrendo um impeachment em 1993. Antes disso, uma

tentativa de golpe contra seu governo trouxe à tona uma nova liderança, que fugia às organizações que haviam firmado o *Pacto de Punto Fijo*: Hugo Rafael Chávez Frias.

Em 1992, liderando 133 oficiais e 967 soldados, Hugo Chávez tentou impor um golpe contra o presidente Carlos Andrés Pérez. A rebelião, que tinha por objetivo mudar a Constituição e estabelecer mecanismos de democracia direta, foi debelada, e Chávez foi preso. Ao ser aprisionado, o então tenente-coronel admitiu que os objetivos não haviam sido alcançados. “Por enquanto”, destacou.

Em 1994 o novo presidente Rafael Caldera perdoou Chávez e os demais presos de 92. Três anos depois, Hugo Chávez fundava o Movimento Quinta República (MVR), que objetivava fundar uma nova república venezuelana (até ali a historiografia do país considerava a existência de quatro períodos republicanos distintos), e em 1998 lançava sua candidatura à presidência do país.

2.2. A presidência de Chávez

Em 1998, Hugo Chávez Frias é eleito presidente da Venezuela pelo Movimento Quinta República (MVR), com 3.673.685 votos, 56,20% do total, contra 39,97% do segundo colocado, Henrique Salas Romer (Proyecto Venezuela). Em seu juramento de posse, Chávez diz jurar “sobre essa Constituição moribunda”. A partir daí começa um processo transformador da política, da economia e da sociedade venezuelana, chamado por Chávez e por seus aliados de “Revolução Bolivariana”, que pretende construir o “Socialismo do Século XXI”.

Em 2002 um golpe militar tirou Chávez do poder por algumas horas, mas a mobilização popular devolveu-o à presidência. Durante os três mandatos de Hugo Chávez foi formulada e aprovada uma nova Constituição, aconteceram referendos dos mais diversos tipos, vários partidos de esquerda – incluindo o MVR – fundiram-se no Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), acirrou-se a disputa política institucional e nas ruas, e se desencadearam mudanças em todos os setores do país. Em 5 de março de 2013 Chávez morreu vítima de um câncer, sendo substituído por seu vice-presidente, Nicolás Maduro, que seria eleito em seguida o novo presidente da Venezuela.

Nos próximos itens vamos apresentar dados políticos, sociais e econômicos da Venezuela que Chávez assumiu e do país que ele entregou ao seu sucessor, procurando

perceber, na comparação com dados semelhantes da América Latina, a profundidade dessas transformações, que será analisada de forma mais detida no capítulo final com vistas a avaliar se o projeto encabeçado por Hugo Chávez constituiu – ou pode constituir – um processo revolucionário, ou se limita-se a medidas meramente reformistas.

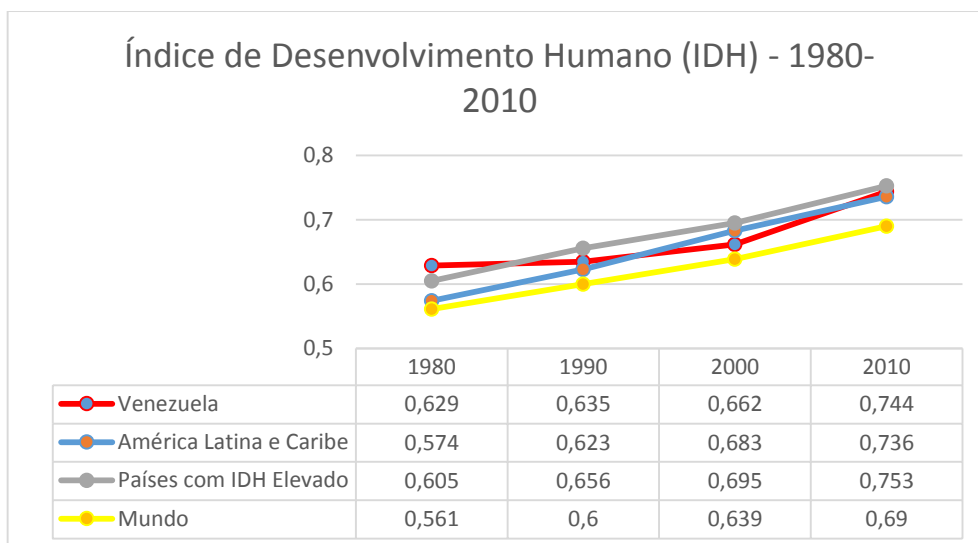
2.3. Dados sociais

2.3.1. IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano é a medida usada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para observar o grau de desenvolvimento dos países, e abarca dados sociais e econômicos diversos, incluindo Educação, Saúde e o Produto Interno Bruto (PIB).

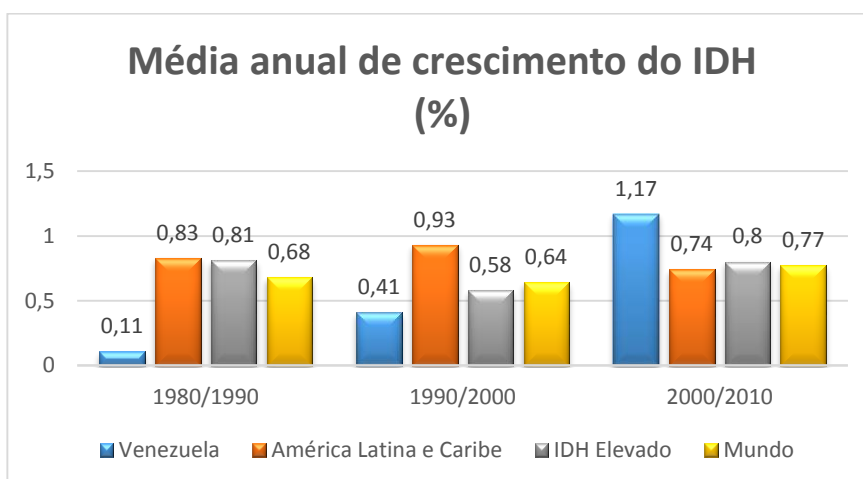
Nesse sentido, os dois gráficos a seguir demonstram alguns pontos interessantes. Como aponta o Gráfico 1, em 1980 a Venezuela possuía um IDH superior à média dos países cujo índice é considerado “Elevado”, superior à média da América Latina e superior à média mundial. Durante as duas décadas seguintes essa tendência foi invertida. Em 1990 a Venezuela estava abaixo da média dos países com IDH Elevado, e em 2000 havia sido ultrapassada também pela média latino-americana. Entre 2000 e 2010, porém, houve nova inversão de tendência, a Venezuela ultrapassou a América Latina e aproximou-se do grupo do IDH Elevado. O Gráfico 2 ajuda a explicar essa oscilação. A média anual de crescimento do IDH venezuelano entre 1980 e 1990 foi de 0,11%, passando a 0,41% entre 1990 e 2000, sempre abaixo do crescimento dos outros dados aqui analisados. Entre 2000 e 2010, porém, a mudança é significativa, com o IDH da Venezuela crescendo 1,17%, contra 0,74% de América Latina e Caribe, 0,8% dos países com IDH Elevado e 0,77% de crescimento na média mundial.

Gráfico 1



Fonte: elaboração própria a partir de dados da ONU (www.pnud.org.br)

Gráfico 2

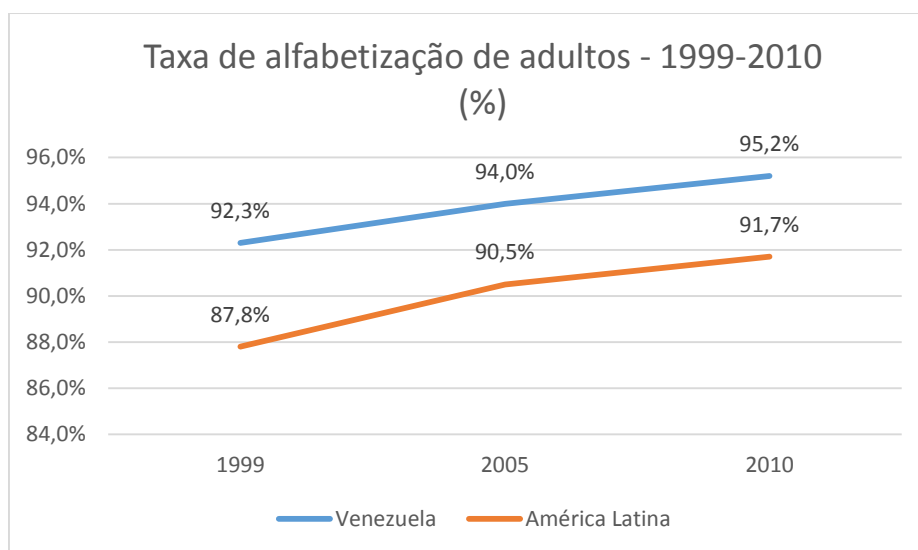


Fonte: elaboração própria a partir de dados da ONU (www.pnud.org.br)

2.3.2. Educação

O avanço na Educação é uma condição essencial para que, com mais conhecimento e capacidade de reflexão, a população possa compreender e participar mais ativamente da vida do país. O Gráfico 3 mostra que a taxa de alfabetização na Venezuela cresceu em um ritmo semelhante ao da América Latina. Embora o crescimento médio do continente seja um pouco maior, é preciso considerar que a Venezuela parte, nessa comparação, de uma situação melhor, tornando mais difícil um avanço igual.

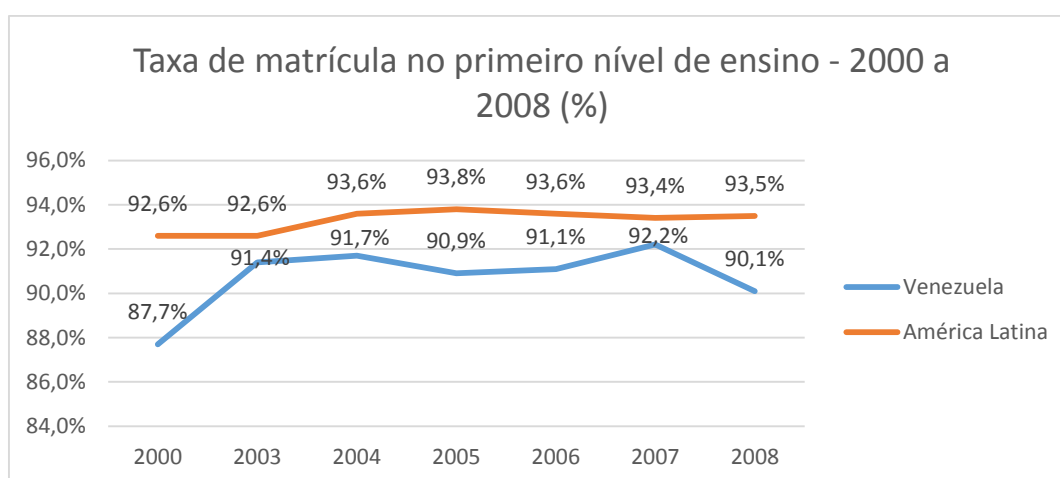
Gráfico 3



Fonte: elaboração própria a partir de dados da ONU (www.pnud.org.br) e da CEPAL (www.eclac.org)

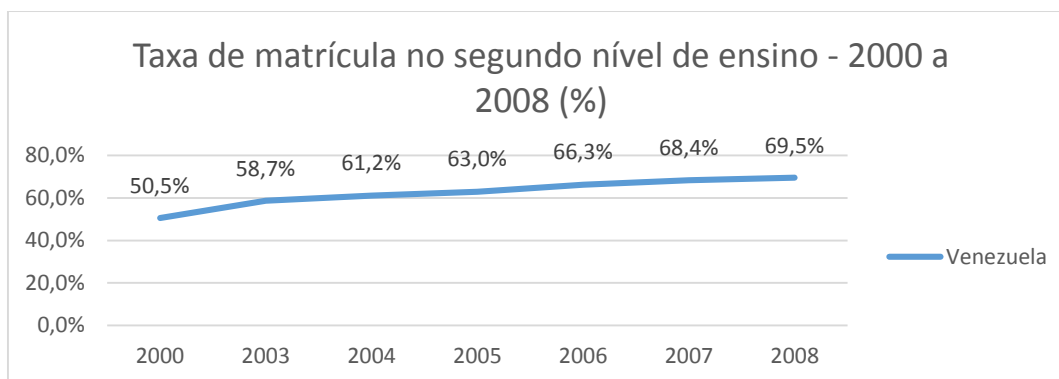
Os Gráficos 4, 5 e 6, por sua vez, mostram a evolução das matrículas em primeiro, segundo e terceiro nível de ensino, respectivamente (no Gráfico 5, não foram encontrados os dados de segundo nível para a média da América Latina). O que se pode perceber é um crescimento maior na Venezuela em comparação com a média do subcontinente. Em relação ao primeiro nível, há um grande crescimento entre 2000 e 2003, após o que não há grande alteração, enquanto a América Latina mantém-se mais ou menos estável desde 2000 e até 2008. No segundo nível de ensino a alteração é substancial, mas não pode ser comparada com a situação latino-americana. Já no terceiro nível o crescimento venezuelano é substancialmente maior do que o da América Latina.

Gráfico 4



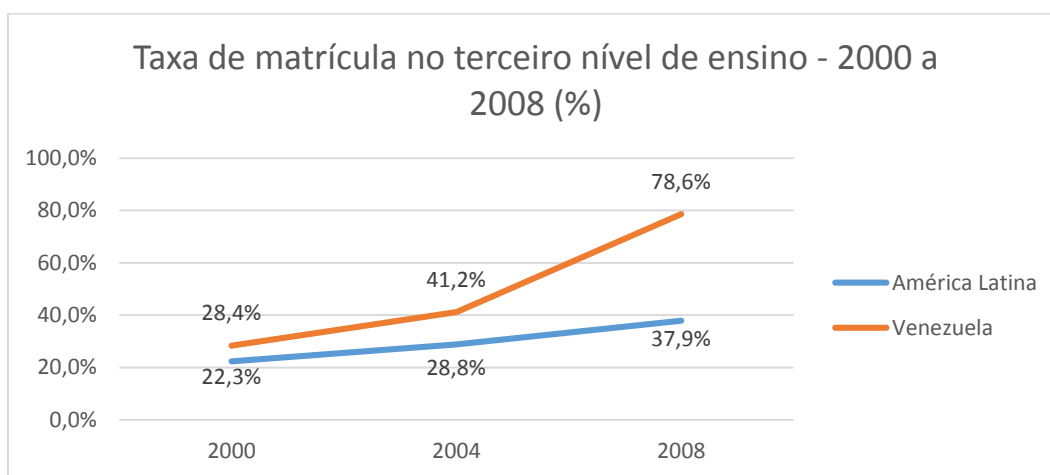
Fonte: elaboração própria a partir de dados da CEPAL (www.eclac.org)

Gráfico 5



Fonte: elaboração própria a partir de dados da CEPAL (www.eclac.org)

Gráfico 6

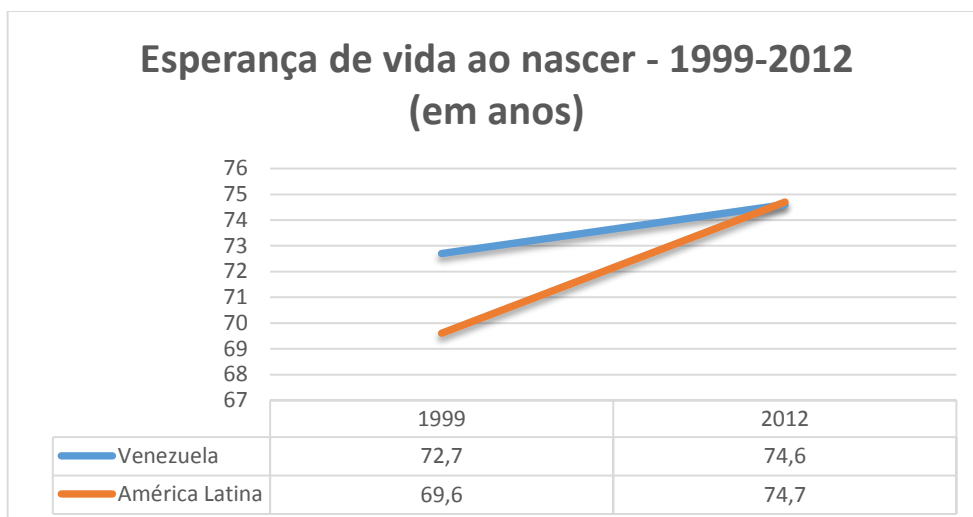


Fonte: elaboração própria a partir de dados da CEPAL (www.eclac.org)

2.3.3. Saúde

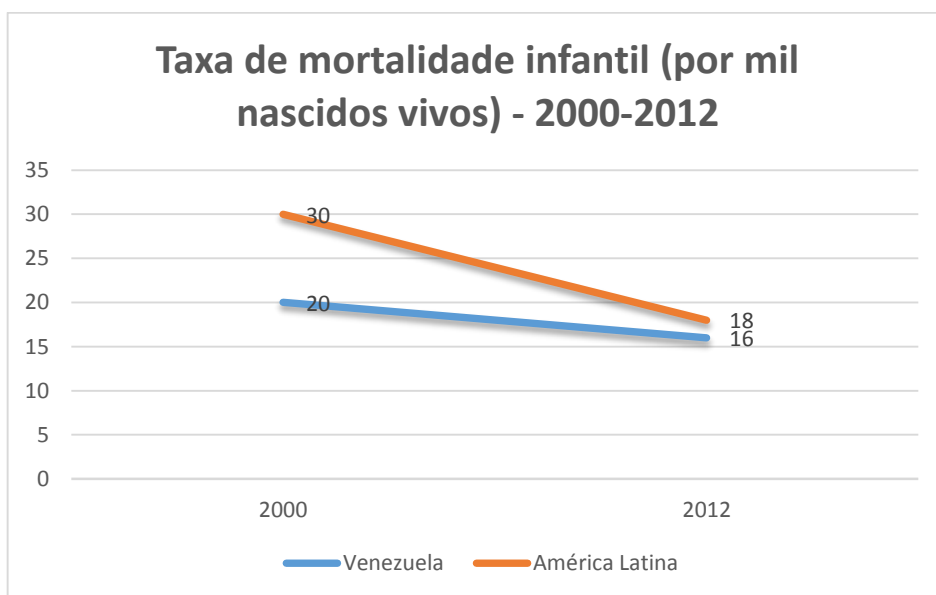
No que se refere aos dados do setor de Saúde, a Venezuela teve, de modo geral, durante a presidência de Hugo Chávez, um índice de melhoria inferior ao da média da América Latina. Há melhoria nos três índices específicos analisados (Esperança de vida ao nascer, taxa de mortalidade infantil, e desnutrição infantil), mas a melhora é sempre menor do que a registrada na média latino-americana. Já em relação à “Satisfação com a qualidade dos cuidados de Saúde” não há índice refere a período anterior, mas o que se pode perceber é que, na média entre 2007 e 2009, os venezuelanos estão bastante mais satisfeitos do que os demais latino-americanos.

Gráfico 7



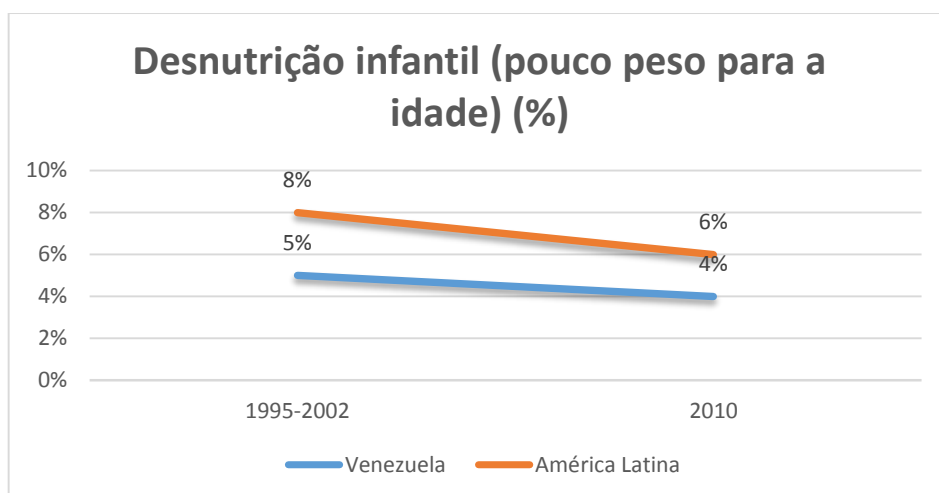
Fonte: elaboração própria a partir de dados da ONU (www.pnud.org.br) e da CEPAL (www.eclac.org)

Gráfico 8



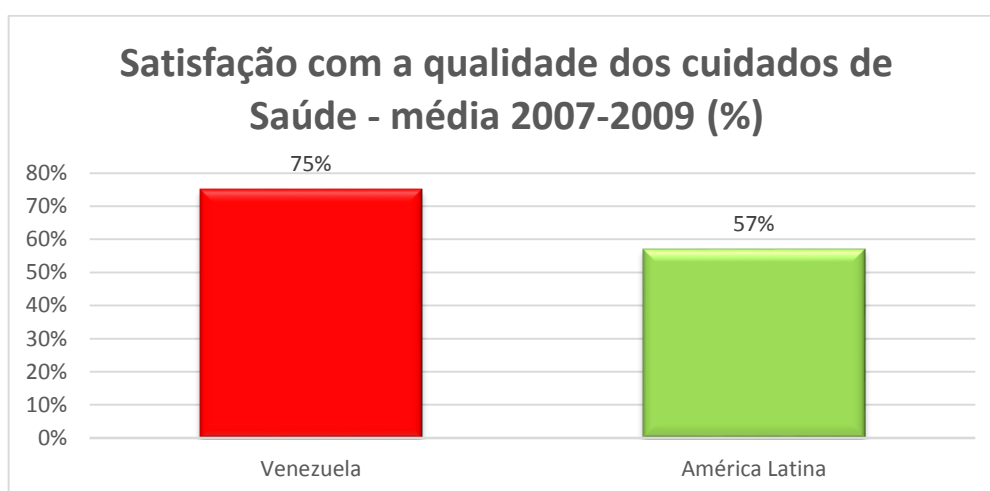
Fonte: elaboração própria a partir de dados da ONU (www.pnud.org.br) e da CEPAL (www.eclac.org)

Gráfico 9



Fonte: elaboração própria a partir de dados da CEPAL (www.eclac.org)

Gráfico 10



Fonte: elaboração própria a partir de dados da ONU (www.pnud.org.br)

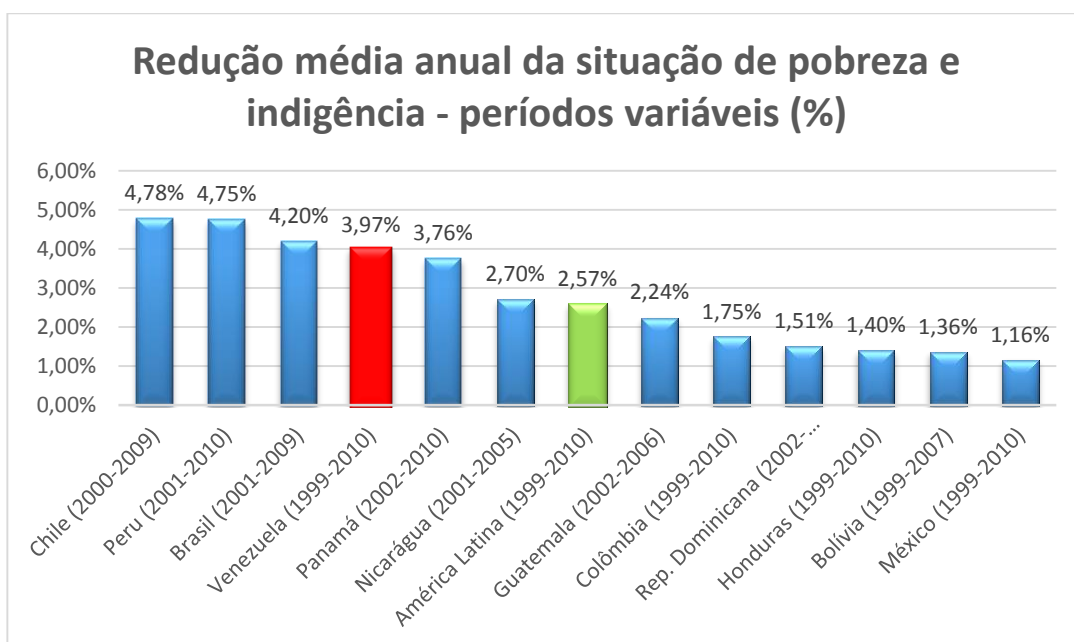
2.3.4. Pobreza e distribuição de renda

Ações que visam a redução da pobreza têm sido uma das principais conquistas dos governos ditos do campo “progressista” da América Latina. A Venezuela está entre os países que mais se empenharam nessa pauta, e o que os gráficos mostram é um resultado importante nesse sentido. No Gráfico 11, o ano dos dados disponíveis sobre cada país variam bastante, mas trabalhando com uma média anual do período disponível podemos observar que a Venezuela é o quarto país que mais reduziu a porcentagem de pobres e indigentes a cada ano da década de 2000, em média. Apenas Chile, Peru e Brasil

ficam à frente nesse quesito. A média da América Latina, entre 1999 e 2010, é de 2,57% de redução da pobreza a cada ano, enquanto o índice venezuelano é de 3,97%.

A percepção de justiça na distribuição de renda é maior entre os venezuelanos do que entre a média dos latino-americanos. Isso é o que mostra o Gráfico 12, que aponta a Venezuela em terceiro lugar nesse item, atrás apenas de Equador e Panamá. 31% dos venezuelanos acreditam que a distribuição de renda no país é “Justa” ou “Muito justa”, contra uma média de 20% da América Latina. Outros dados mostram uma grande evolução da Venezuela nesse sentido. No Gráfico 13 podemos ver que em 1997 o mesmo índice era de 19% na América Latina, enquanto na Venezuela, em 1995, apenas 13% da população via o problema dessa forma. Como demonstra o Gráfico 14, esse crescimento é o terceiro mais expressivo do subcontinente: uma variação de 138,46%, contra 5,26% na média latino-americana.

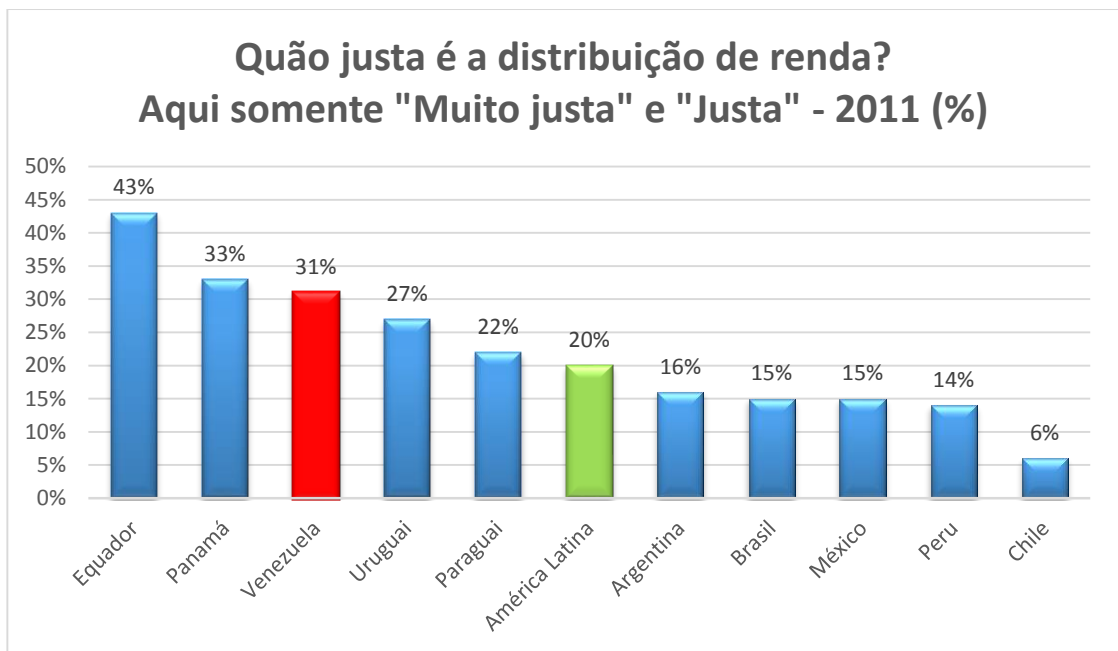
Gráfico 11



Fonte: elaboração própria a partir de dados da CEPAL (www.eclac.org)

* Os dados de Argentina e Paraguai não estavam disponíveis. Equador e Uruguai possuíam dados de um ano apenas, não sendo possível incluí-los na comparação.

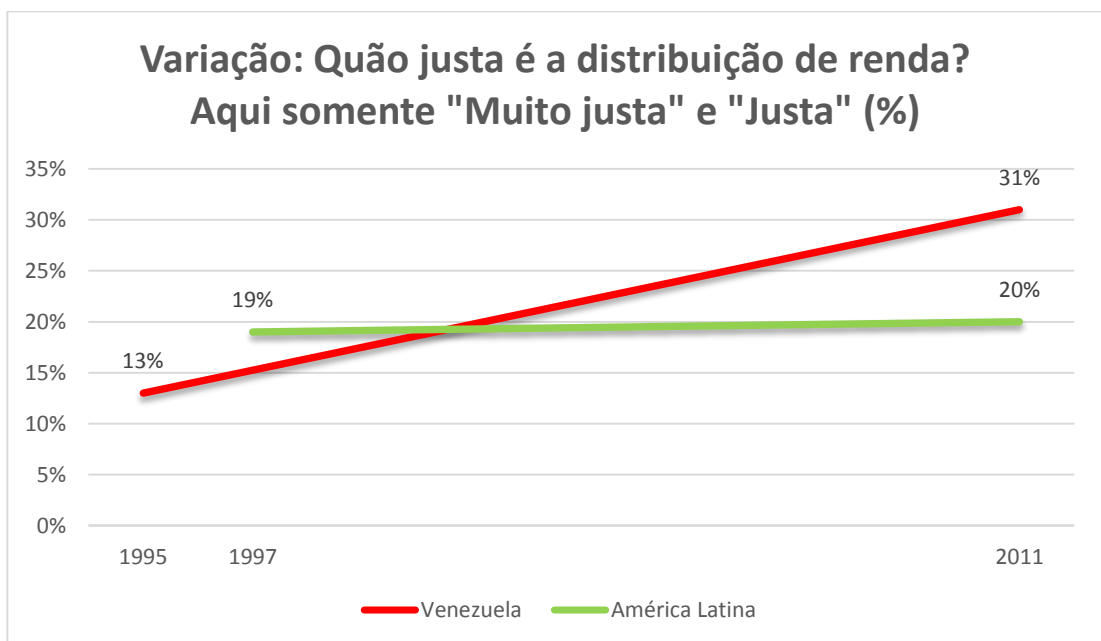
Gráfico 12



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

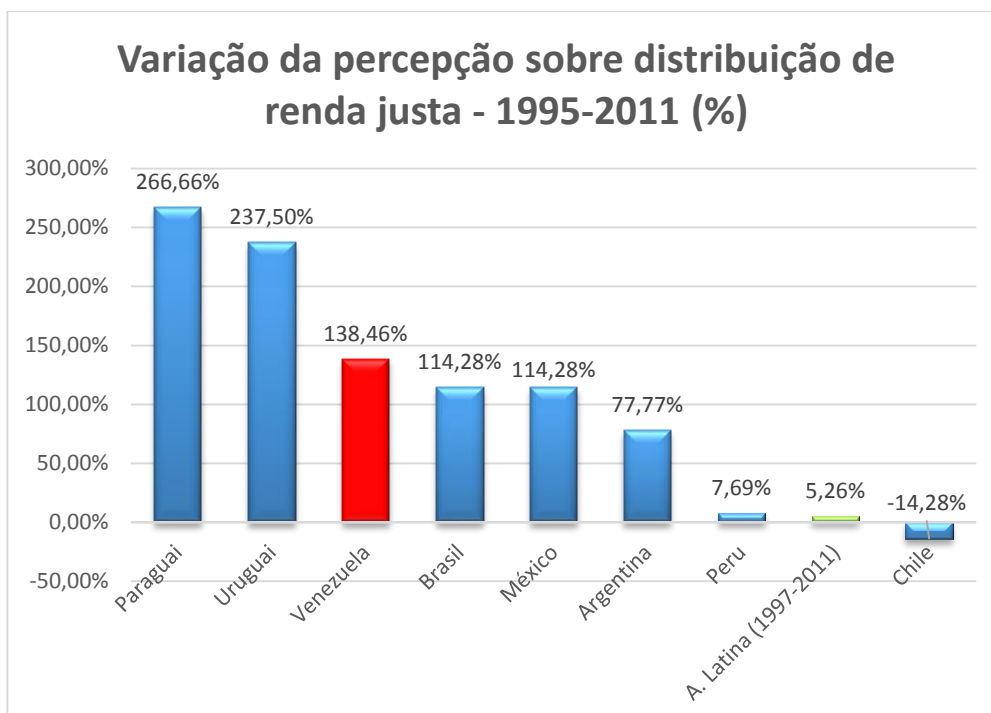
*Estão disponíveis apenas os dados sobre estes países no que se refere ao ano de 1995.

Gráfico 13



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

Gráfico 14



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

2.3.5. Misiones

No ano de 2003 teve início uma série de programas sociais destinados a resolver – ou ao menos minimizar – algumas das principais carências da população venezuelana. Esses programas foram denominados “Misiones”, e tiveram início com a Misión Barrio Adentro, destinada a levar serviços médicos básicos às regiões mais pobres do país e da capital Caracas. Muitas outras “Misiones” sucederam a Barrio Adentro, e as principais delas têm os resultados apresentados nas Tabelas 1, 2, 3 e 4.

Seus focos são os seguintes:

Misión Hijos de Venezuela – combate à pobreza extrema;

Misión Amor Mayor – apoio a idosos em situação de pobreza;

Misión Viviana Venezuela – combate à crise habitacional;

Misión Saber y Trabajo – geração de emprego;

Misión Barrio Adentro – Saúde básica;

Misión Niño Jesús – acompanhamento pré-natal;

- Misión Sonrisa – saúde bucal;
- Misión Milagro – operações para diversos problemas oculares;
- Misión Barrio Adentro Deportivo – massificação da atividade esportiva;
- Misión Robinson I e II – alfabetização e continuidade do estudo;
- Misión Ribas – continuidade dos estudos de segundo grau;
- Misión Sucre – ampliar o acesso à educação universitária;
- Misión Alma Mater – criação de universidades e institutos de Educação Superior;
- Misión Cultura Corazón Adentro – ampliação do acesso a atividades culturais em comunidades em situação de pobreza;
- Misión Alimentación – construção e aporte a mercados populares;
- Misión Madres del Barrio – apoiar mulheres de comunidades em situação de pobreza para que se tornem lideranças capazes de ajudar no combate à miséria;
- Misión Negra Hipólita – apoio a pessoas em situação de rua;
- Misión Guaicaipuro – defesa de territórios e direitos indígenas;
- Misión Niños y Niñas del Barrio – apoiar crianças em situação de rua;
- Misión Dr. José G. Hernández – atenção a pessoas com “necessidades especiais”.

Tabela 1:

Atendidos pelas Grandes Misiones (até janeiro / 2013)	
Hijos de Venezuela (em lares)	736.540
Amor Mayor	521.618
Vivienda Venezuela	346.798
Saber y Trabajo	122.000

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística da Venezuela (www.ine.gov.ve)

Tabela 2:

Atendidos pelas Misiones de Saúde (até 2012)	
Misión Barrio Adentro (consultas atendidas)	594.409.904
Misión Niño Jesús (beneficiárias)	1.072.573
Misión Sonrisa (consultas realizadas)	416.569
Misión Milagro (consultas realizadas)	18.529.964
Misión Barrio Adentro Deportivo (beneficiários)	4.939.422

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística da Venezuela (www.ine.gov.ve)

Tabela 3:

Atendidos pelas Misiones de Educação (até 2012)	
Misión Robinson I	1.756.250
Misión Robinson II	789.436
Misión Ribas	822.853
Misión Sucre (graduados)	212.352
Misión Alma Mater (universidades)	23
Misión Cultura Corazón Adentro	12.817.536

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística da Venezuela (www.ine.gov.ve)

Tabela 4:

Misiones em proteção social (até 2012)	
Misión Alimentación (beneficiários)	17.554.222
Misión Madres del Barrio (beneficiadas)	82.557
Misión Negra Hipólita (Centros de Atenção)	39
Misión Guaicaipuro (indígenas atendidos)	252.176
Misión Niños y Niñas del Barrio (atendidos)	6.258.797
Misión Dr. José G. Hernández (desapacidade)	336.490

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística da Venezuela (www.ine.gov.ve)

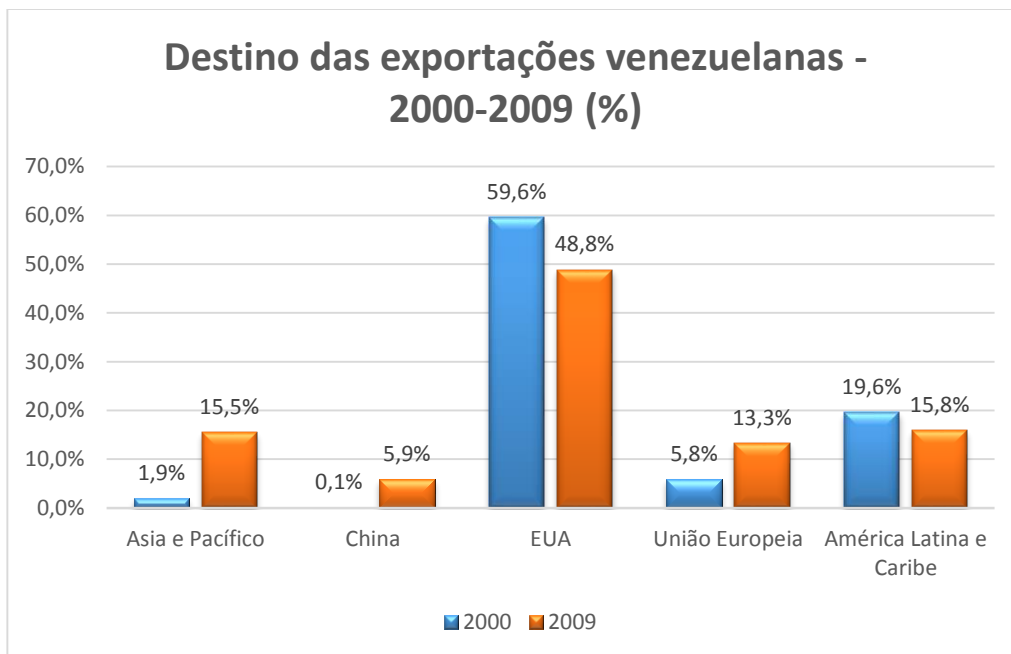
2.4. Dados de Política Externa

A relação da Venezuela com o restante do mundo pode também ser um indício importante da profundidade das transformações ocorridas no país desde a chegada de Hugo Chávez à presidência. Mudanças significativas na política externa podem apontar para uma mudança de eixo na condução geral do país.

Como mostra o Gráfico 15, durante a presidência de Chávez houve uma mudança importante no destino das exportações que partem da Venezuela, com um grande crescimento das vendas para a Ásia, a China e a União Europeia, além de uma redução nas exportações para os Estados Unidos. Há ainda uma queda em relação ao restante da América Latina e Caribe. Ainda que os dados pareçam demonstrar uma transformação na

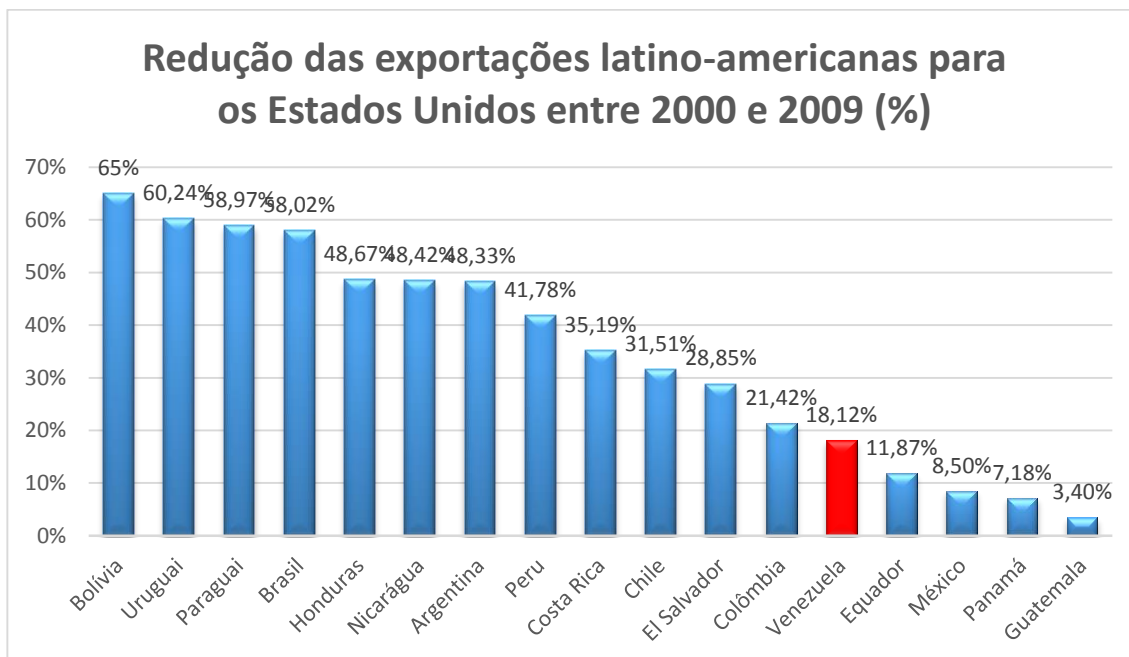
Venezuela, a comparação com os demais países latino-americanos demonstra que os venezuelanos apenas se enquadram na tendência geral do continente, inclusive com baixa redução das exportações para os EUA, como demonstra o Gráfico 16.

Gráfico 15



Fonte: elaboração própria a partir de dados da CEPAL (www.eclac.org)

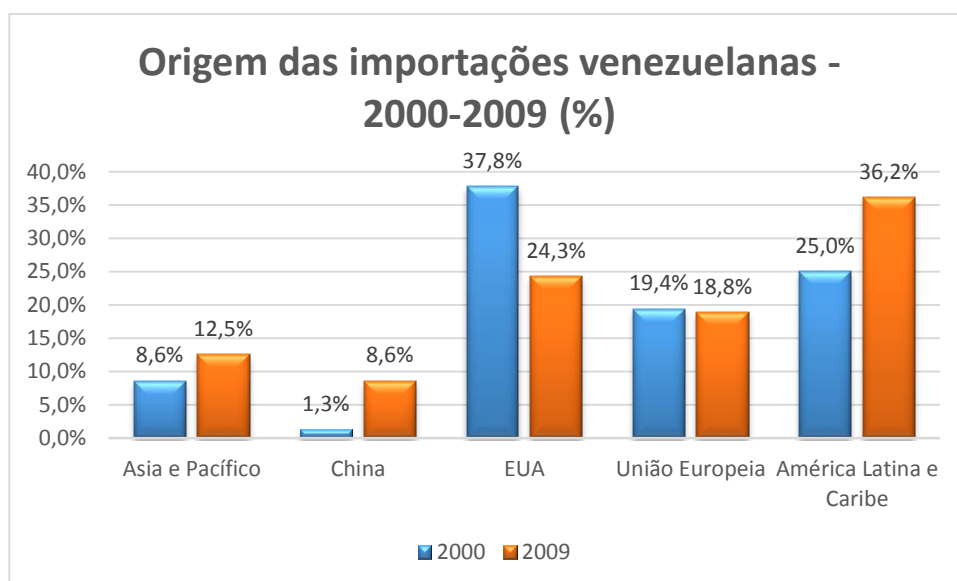
Gráfico 16



Fonte: elaboração própria a partir de dados da CEPAL (www.eclac.org)

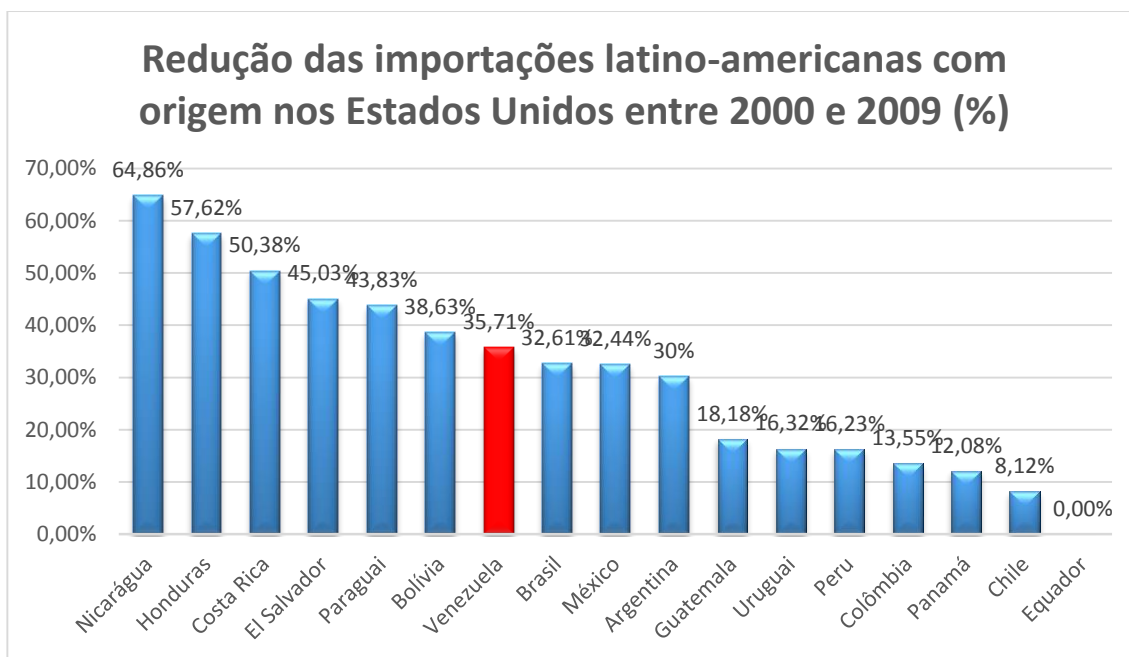
No que se refere à questão das importações a tendência não é substancialmente diferente. A Venezuela aumenta suas relações desse tipo com a Ásia e o Pacífico, com a China e com a América Latina, tendo leve redução no caso da União Europeia e uma redução mais forte nas importações vindas dos Estados Unidos, conforme está apresentado no Gráfico 17. O Gráfico 18, porém, assim como no caso das exportações, demonstra que a redução do comércio com os Estados Unidos nada mais é do que a realidade em todo o subcontinente latino-americano, e a Venezuela não está à frente desse processo.

Gráfico 17



Fonte: elaboração própria a partir de dados da CEPAL (www.eclac.org)

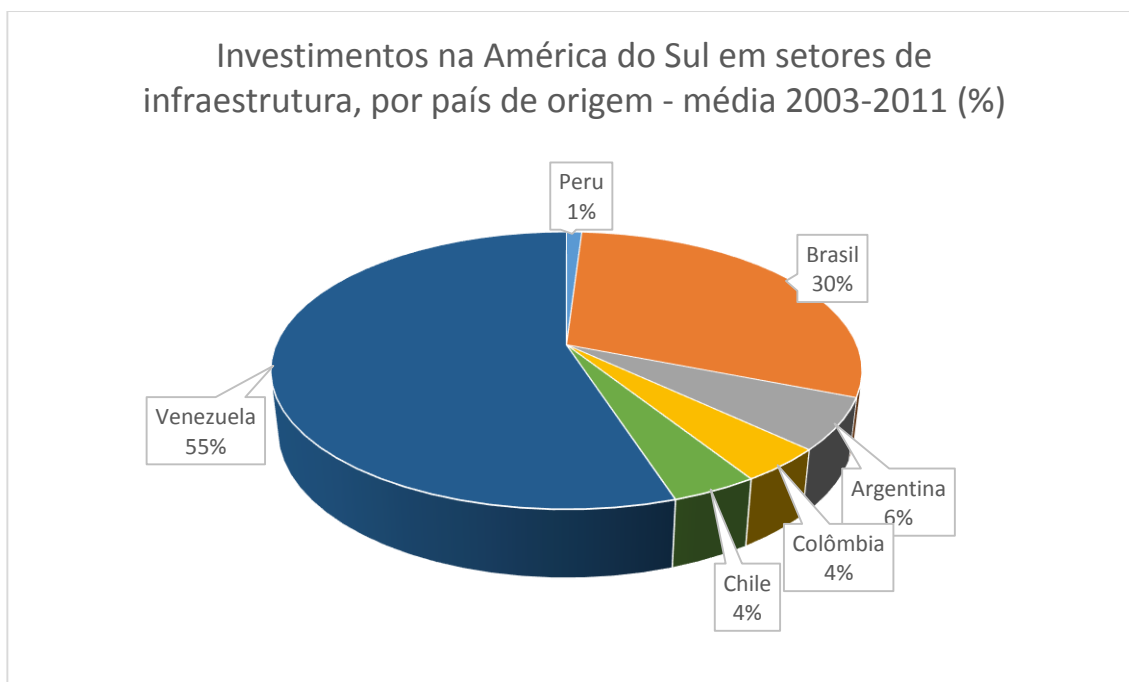
Gráfico 18



Fonte: elaboração própria a partir de dados da CEPAL (www.eclac.org)

Mesmo que no tema das importações e exportações a mudança na Venezuela não tenha sido tão diferente do que vem acontecendo no restante da América Latina, há um dado a respeito da política econômica externa que se mostra bastante relevante no sentido de mudança de eixo político nessa temática. A Venezuela foi, com grande diferença para os demais, o país que mais fez investimentos em infraestrutura na América do Sul. Mais da metade desse tipo de investimento no continente teve origem no país presidido por Hugo Chávez.

Gráfico 19



Fonte: elaboração própria a partir de dados da CEPAL (www.eclac.org)

2.5. Dados Políticos

A diversidade dos dados políticos apresentados a seguir pretende construir uma visão ampla sobre a mentalidade e a prática política dos venezuelanos e a transformação desses quesitos durante a presidência de Hugo Chávez.

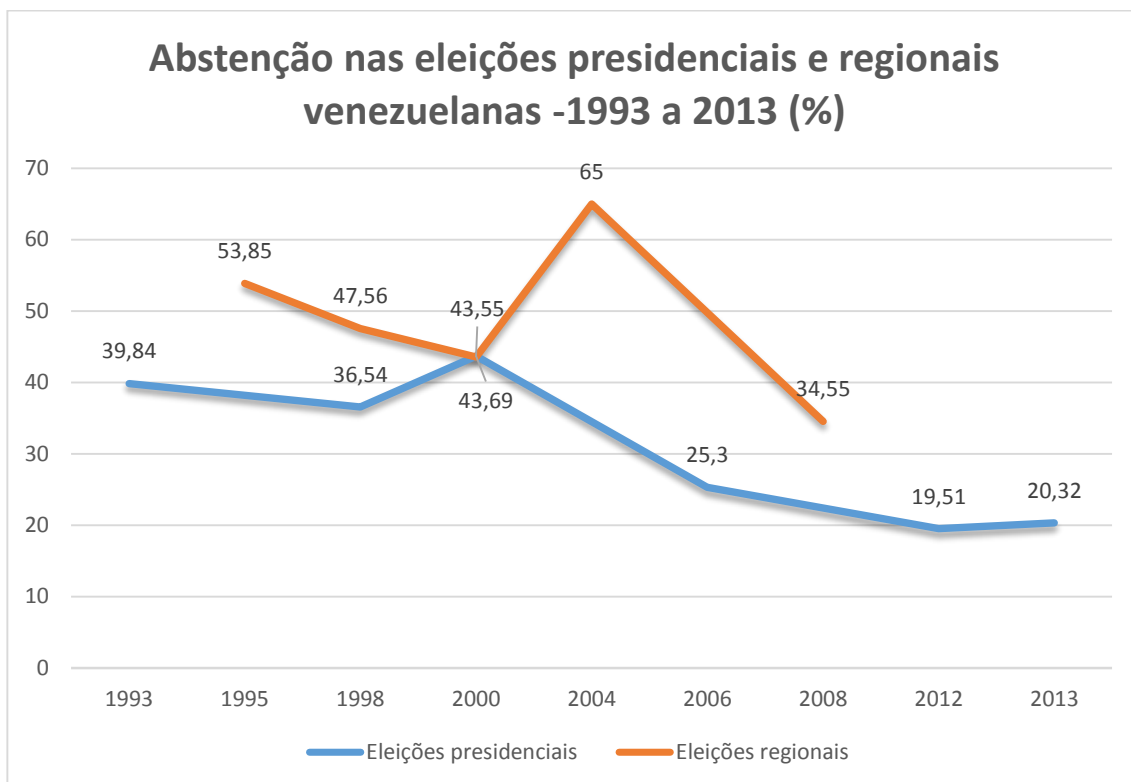
2.5.1. Participação Política

Não há como caracterizar um processo como revolucionário sem que haja uma inflexão relevante na participação política, na tomada de consciência, pela população, de seu direito e dever de conduzir os rumos do país. O que se vê na Venezuela é um aumento significativo da participação política, tanto no que se refere à participação eleitoral quanto em relação à atuação dos indivíduos na política não institucional. É importante, ao mesmo tempo, não analisar apenas os processos de eleição presidencial, o que poderia limitar a análise por possíveis distorções decorrentes de uma vinculação fundamental do eleitorado a uma figura, e não à consciência da importância de participação.

O Gráfico 20 apresenta a abstenção nas eleições presidenciais e regionais na Venezuela desde 1993, ano no qual uma mudança legal tornou o voto facultativo. O que se vê é uma tendência de queda constante na abstenção, com duas exceções: a eleição

presidencial de 2000, colocada no plebiscito que aprovou uma nova Constituição um ano antes e ligada a outras escolhas de representantes – o que naturalmente reflete em menor participação também na escolha do presidente –; e a eleição regional de 2004, boicotada pela oposição. Entre 1993 e a última eleição presidencial, em 2013, a abstenção caiu, de forma praticamente constante, de 39,84% para 20,32%. Nas eleições regionais, de 1995 a 2008, a abstenção descendeu de 53,85% para 34,55%.

Gráfico 20



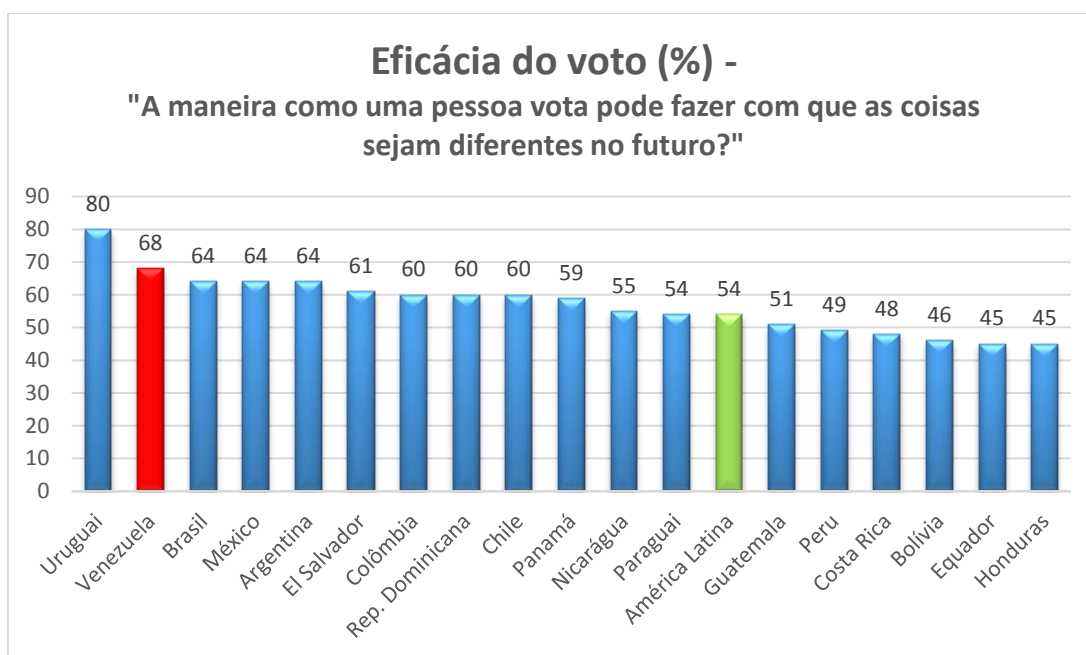
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela (www.cne.gov.ve)

* Eleição de 2000 foi para referendar poderes da nova Constituição.

* Eleição regional de 2004 foi boicotada pela oposição.

De certa forma complementar ao Gráfico 20, o Gráfico 21 mostra que, além de votar cada vez mais, os venezuelanos acreditam na relevância desse ato – e talvez isto ajude a explicar aquilo. A Venezuela é o segundo país da América Latina onde a população mais acredita que “a maneira como uma pessoa vota pode fazer com que as coisas sejam diferentes no futuro”.

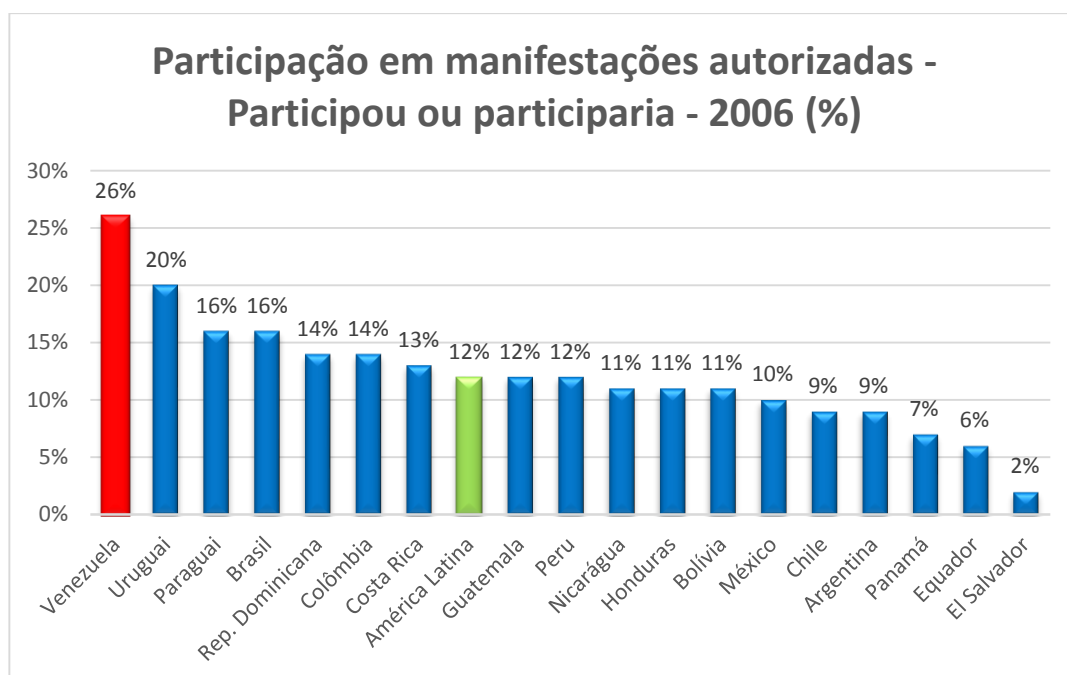
Gráfico 21



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

Fora da política institucional também há indícios importantes de um avanço na participação na sociedade venezuelana. O Gráfico 22 mostra que os venezuelanos são, dentre os latino-americanos, os que mais participam de manifestações de rua, com um índice bastante acima da média do subcontinente.

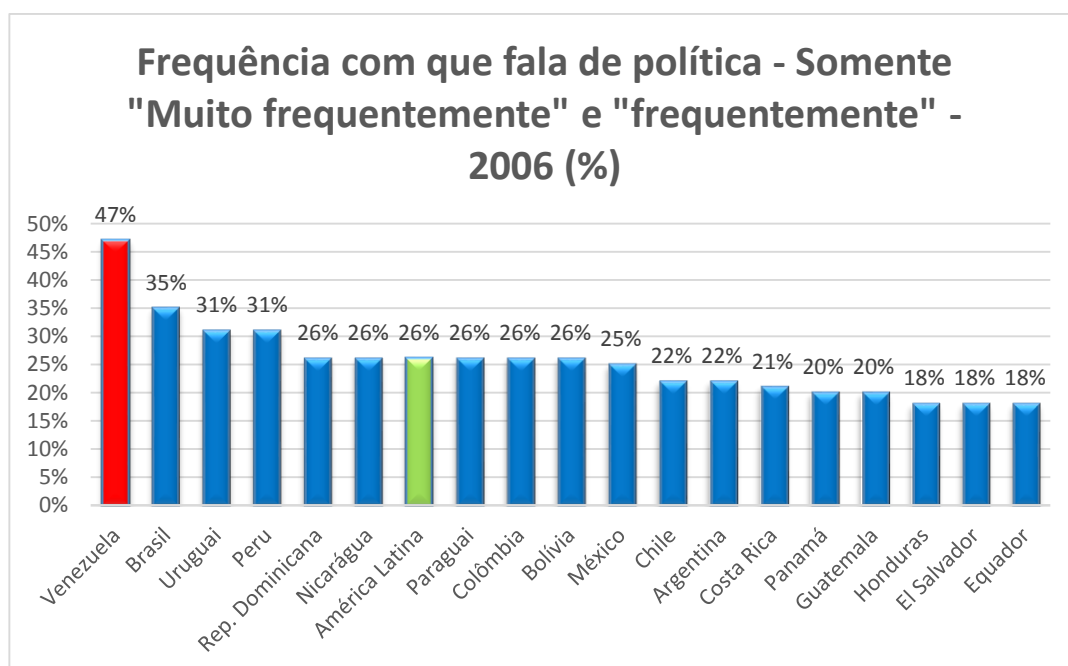
Gráfico 22



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

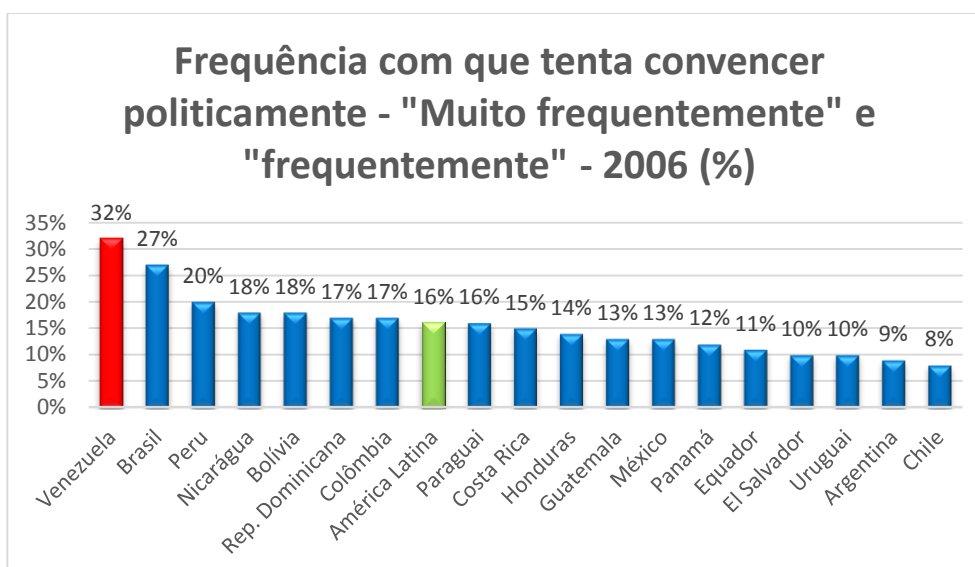
Já os Gráficos 23 e 24 demonstram que os venezuelanos também conversam sobre política em maior quantidade do que os demais latino-americanos e, além disso, o faz de forma interessada, “procurando convencer politicamente”. Ambos os índices são consideravelmente maiores do que a média da América Latina. Ao mesmo tempo, conforme o Gráfico 25, os venezuelanos têm índice maior de trabalho para partidos políticos ou candidatos: 25% desenvolvem esse tipo de atividade, enquanto o segundo país com maior participação desse tipo é a República Dominicana, com apenas 13%, e a média da América Latina é de 9%.

Gráfico 23



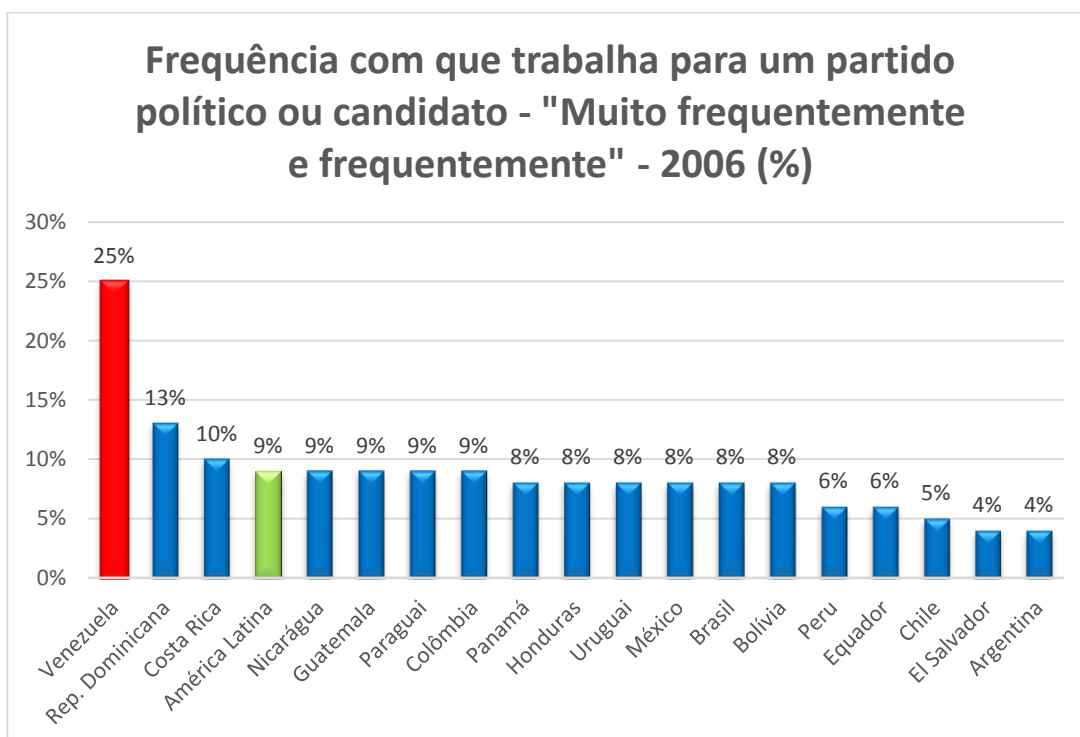
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

Gráfico 24



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

Gráfico 25

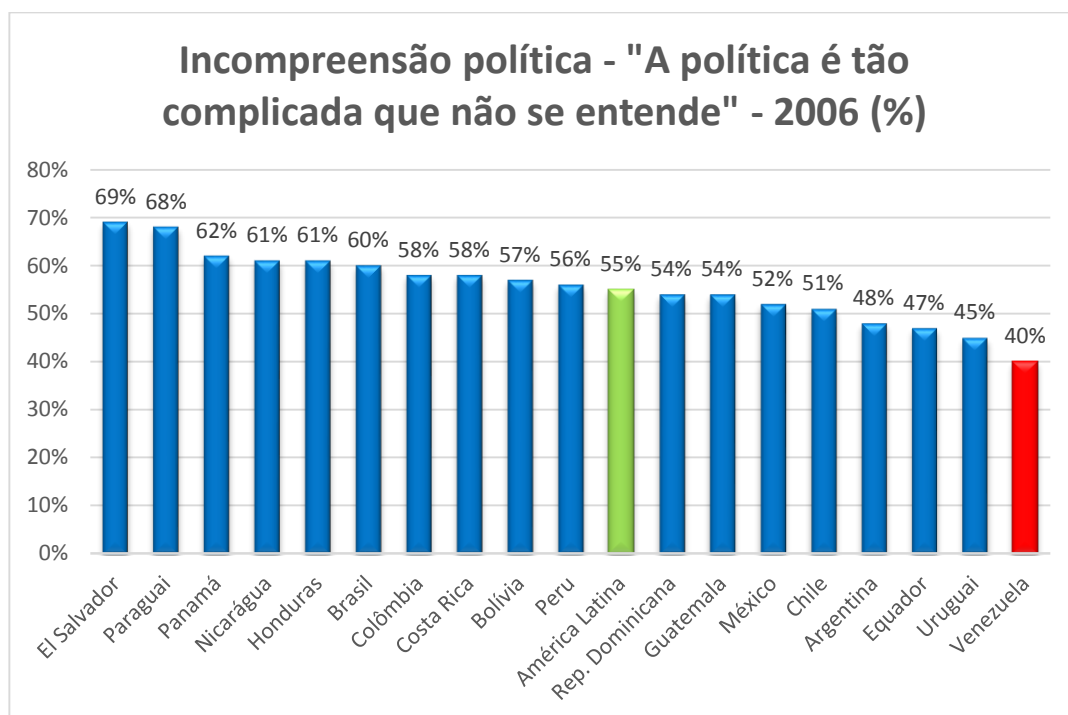


Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

Além de participar mais da política institucional e não-institucional do que os demais latino-americanos, os venezuelanos mostram ao menos a expectativa de

compreenderem a política e sua dinâmica. Apenas 40% respondem, como mostra o Gráfico 26, que “a política é tão complicada que não se entende”. É o menor índice entre os países latino-americanos estudados pelo Latinobarômetro, sendo que a média do subcontinente é de 55%.

Gráfico 26



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

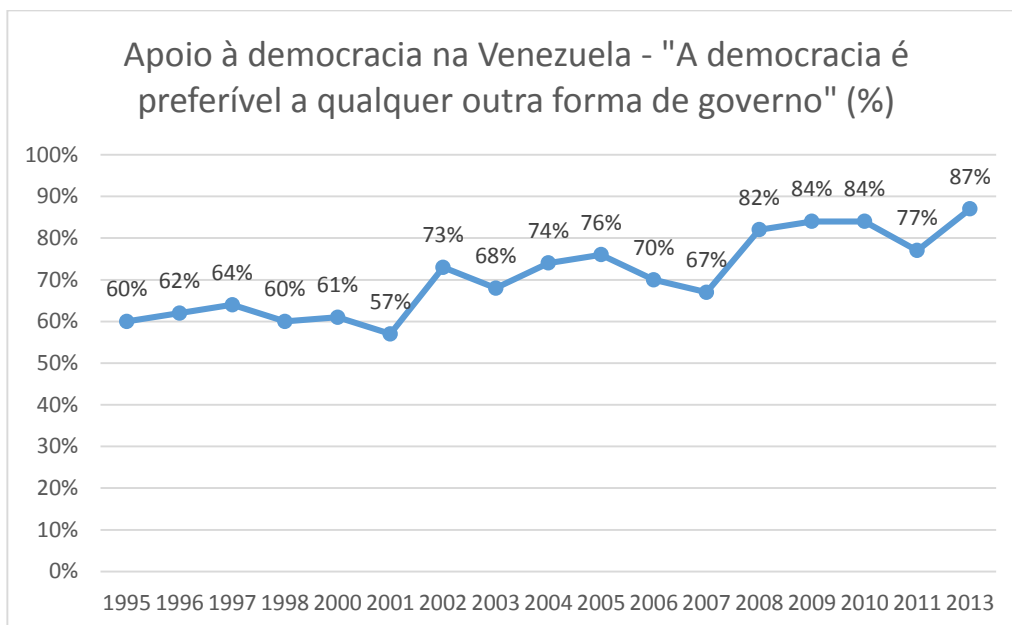
2.5.2. Democracia

A visão da população sobre a questão da democracia também pode ser reveladora do estado de consciência política e interesse em uma sociedade na qual a possibilidade de participação e a garantia de direitos básicos estejam garantidas e ampliadas. Especialmente no caso dos países latino-americanos, com democracias instáveis e histórico importante de golpes de estado, a percepção sobre o tema da democracia pode demonstrar uma transformação social relevante.

O Gráfico 27 demonstra um grande crescimento do apoio à democracia na Venezuela desde 1995 e até 2013, passando de 60% para 87%. Fica clara também uma mudança significativa nos dados a partir de 2002, ano em que Hugo Chávez sofreu um golpe de estado que o afastou da presidência por algumas horas. O salto do índice a partir desse ano, e que se mantém na sequência da linha, mostra que aquela situação extrema

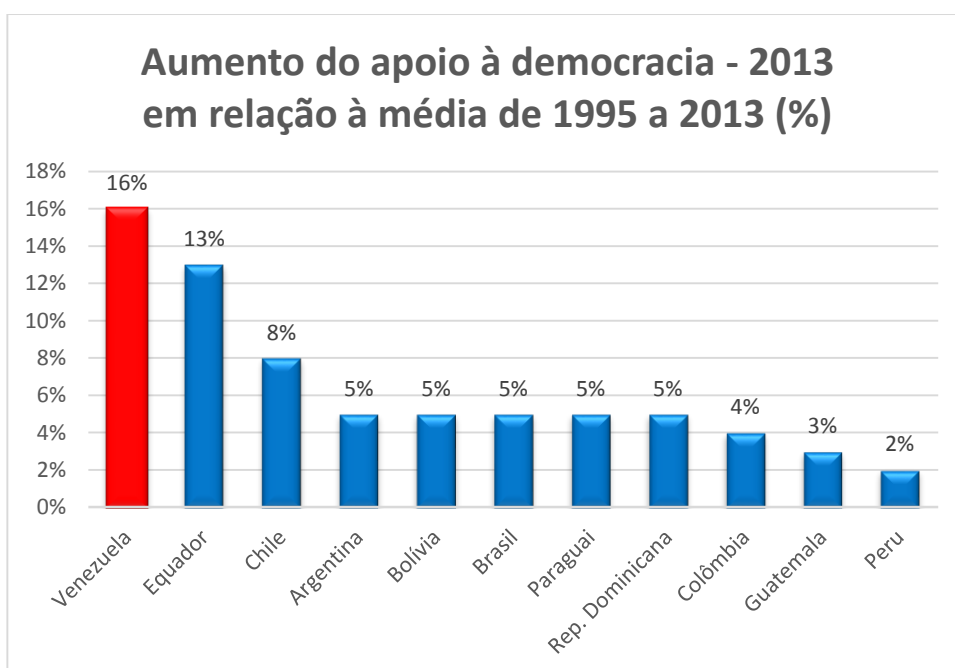
pode ter contribuído para uma mudança de consciência importante entre a população venezuelana. O Gráfico 28 de certa forma corrobora a relevância dos dados apresentados no Gráfico 27, já que demonstra que o crescimento do apoio à democracia na Venezuela é substancialmente superior ao restante da América Latina.

Gráfico 27



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

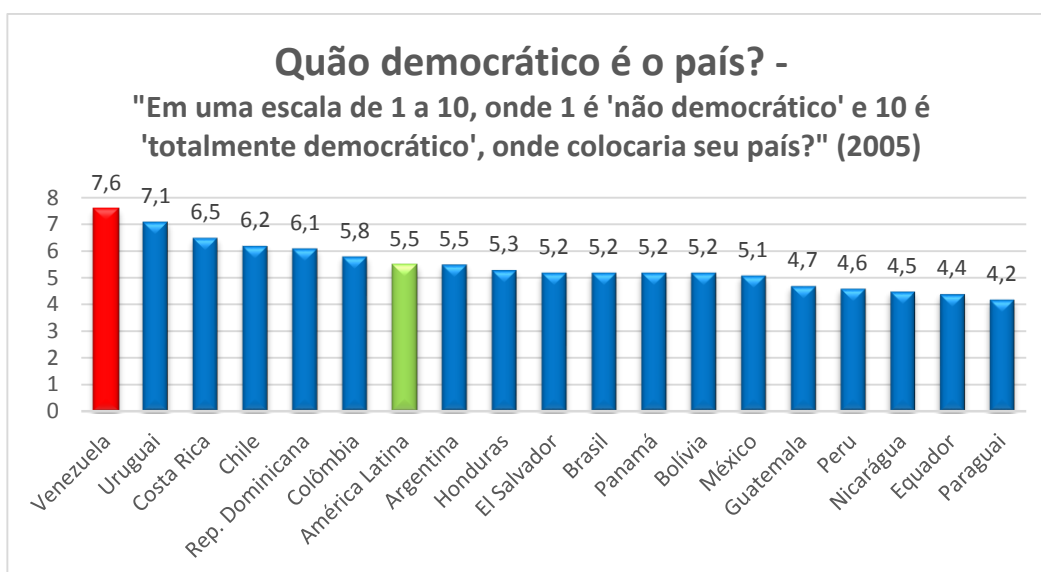
Gráfico 28



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

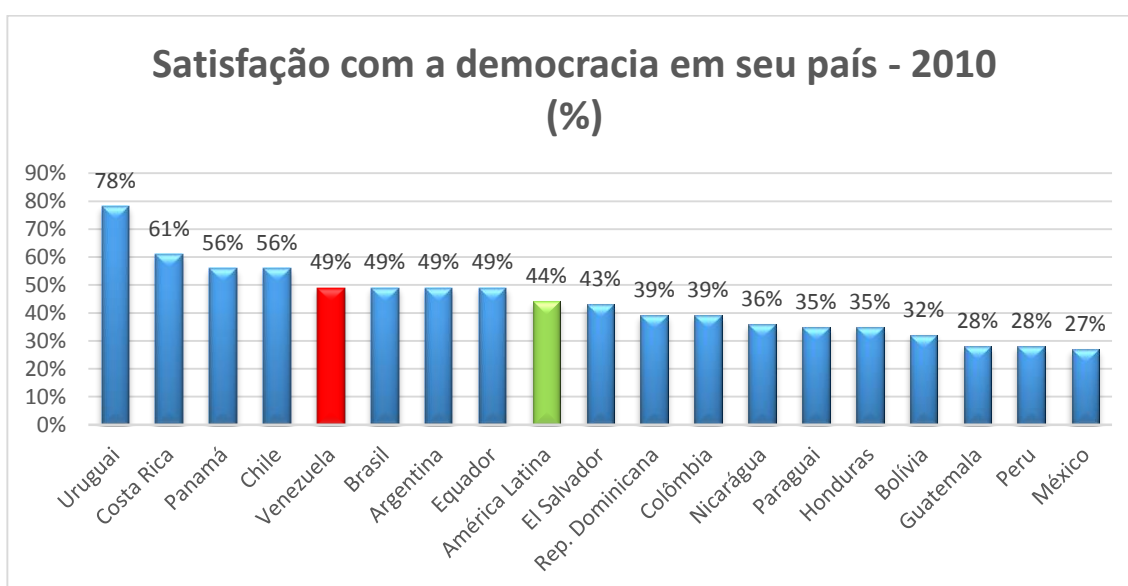
Além de “apoiar a democracia”, os venezuelanos percebem em seu país uma democracia cada vez mais madura e cada vez mais completa. É na Venezuela que a população coloca o país em uma melhor posição em relação à democracia, como se vê no Gráfico 29. Já o Gráfico 30 expõe a satisfação com a democracia no respectivo país, e novamente a Venezuela aparece bem colocada: 49% dos venezuelanos estão satisfeitos nesse sentido, o quinto melhor índice. Por outro lado, o Gráfico 31 demonstra que o crescimento dessa satisfação entre 1996 e 2010 não é tão grande na Venezuela quanto em alguns outros países latino-americanos, encontrando-se aquela próxima à média geral.

Gráfico 29



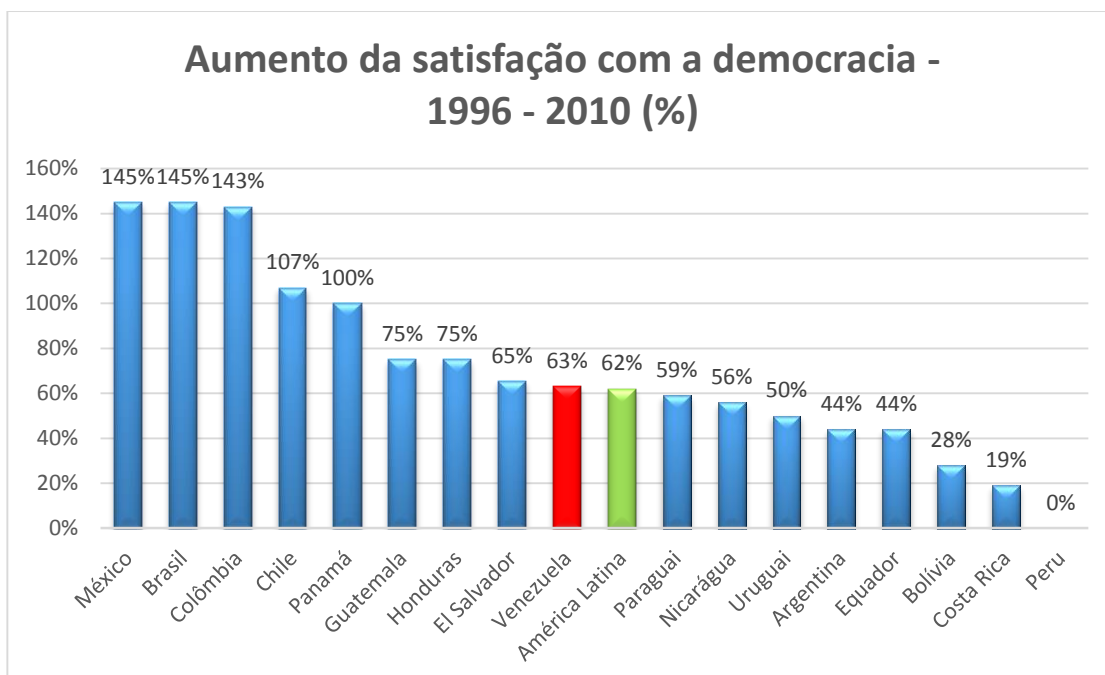
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

Gráfico 30



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

Gráfico 31

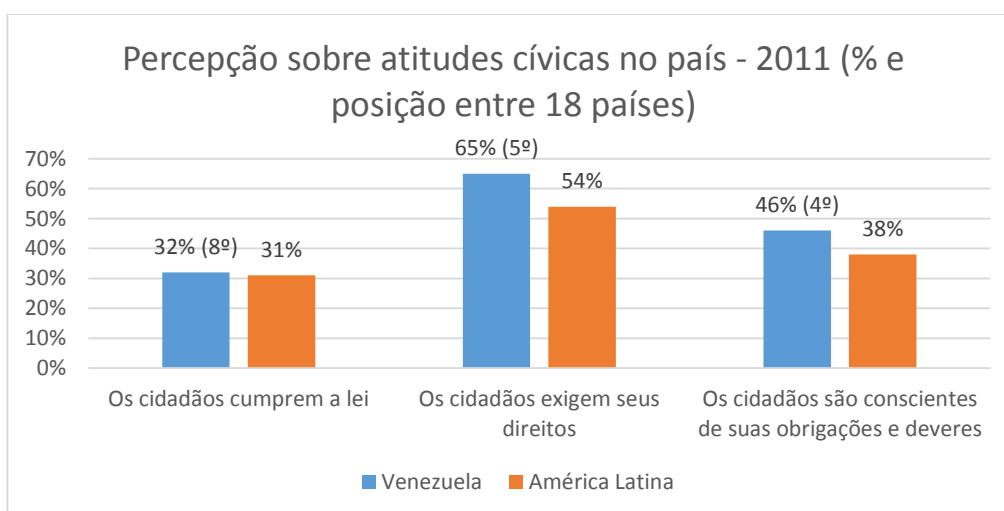


Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

2.5.3. Percepção Política

Além das questões políticas específicas, também na percepção política mais geral os venezuelanos parecem mais interessados e participativos em relação à população dos demais países da América Latina. O Gráfico 32, por exemplo, mostra as chamadas “atitudes cívicas” e a percepção a respeito de cada uma delas. A Venezuela aparece sempre à frente da média latino-americana.

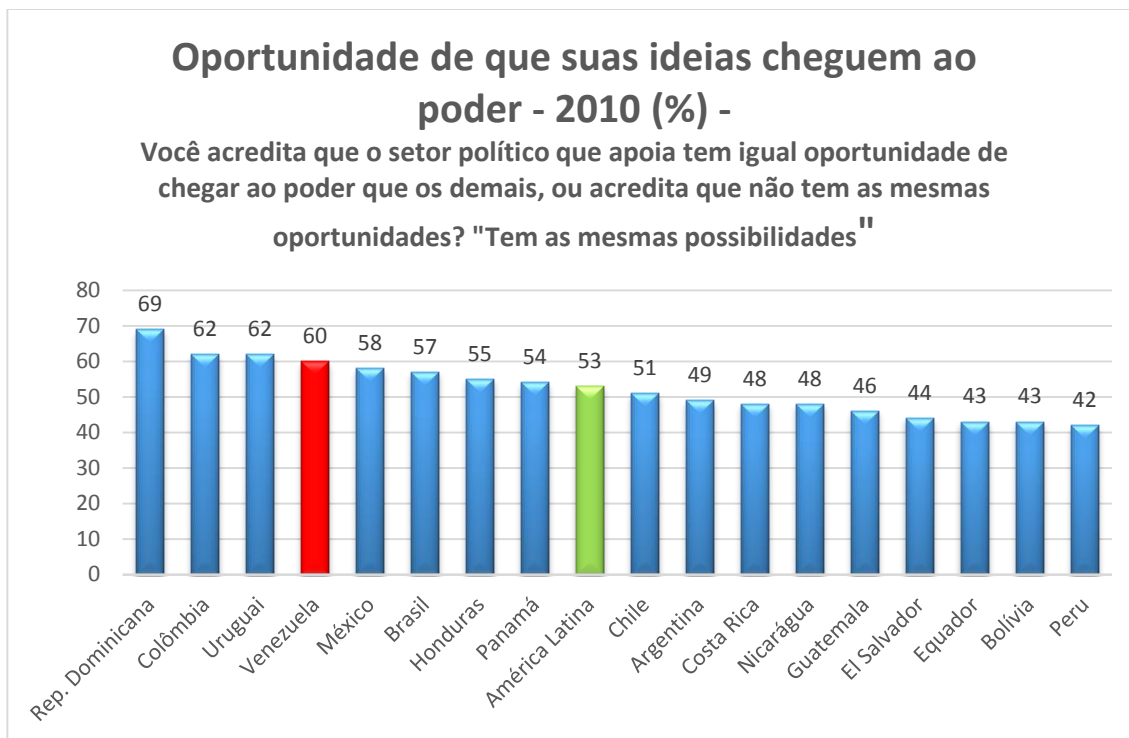
Gráfico 32



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

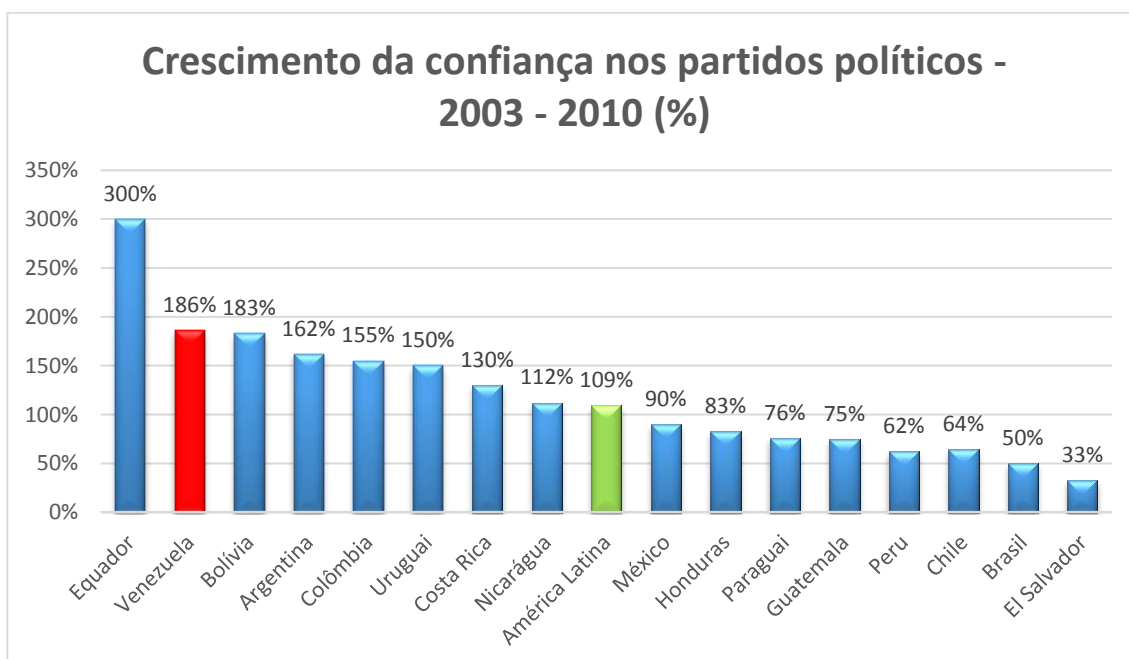
Há também uma maior confiança na possibilidade de que suas ideias cheguem ao poder (Gráfico 33), uma maior confiança nos partidos políticos (Gráfico 34) e no próprio Estado (Gráfico 35).

Gráfico 33



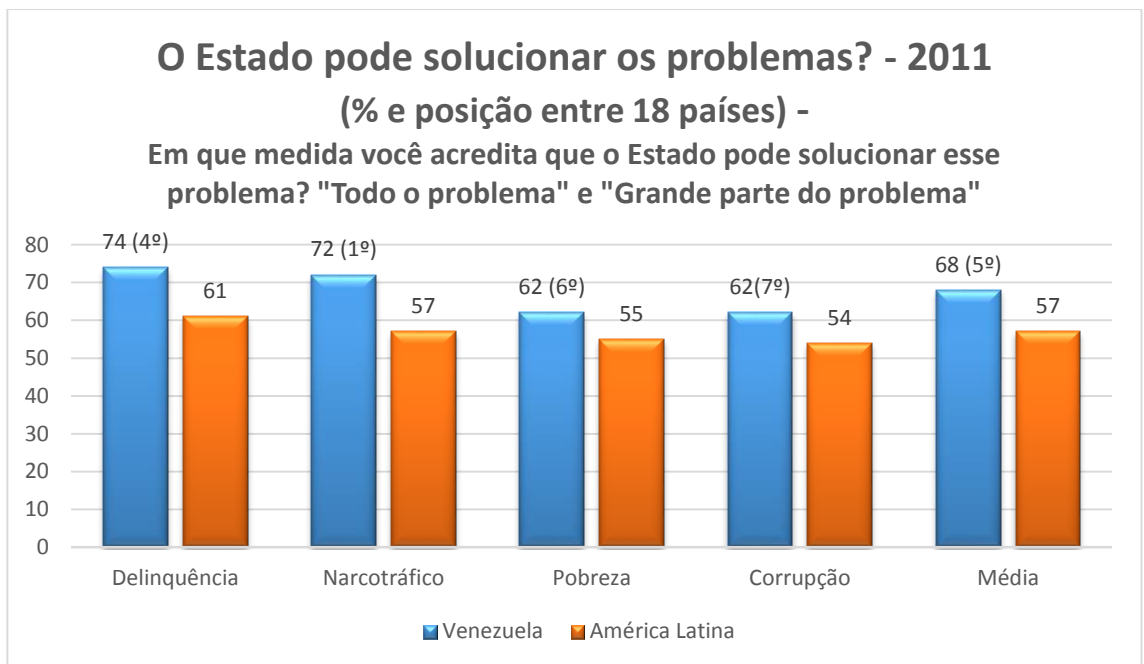
Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

Gráfico 34



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

Gráfico 35



Fonte: elaboração própria a partir de dados do Latinobarômetro (www.latinobarometro.org)

3. A PROFUNDIDADE DAS TRANSFORMAÇÕES NA VENEZUELA

A partir dos dados apresentados no Capítulo 3, analisaremos na presente seção três aspectos fundamentais para a discussão proposta por esta monografia desde seu início. Em primeiro lugar, é necessário verificar se as transformações sociais, políticas e econômicas na Venezuela durante a presidência de Hugo Chávez foram realmente profundas e relevantes por si só. Mas essa análise não é suficiente para apreender o papel do governo nesse processo, e por isso a segunda análise necessária é a comparação com as mudanças na América Latina nesse mesmo período. Por fim, é preciso observar essas transformações e sua comparação com o caso latino-americano em seu conjunto geral, não mais individualmente ou por temática específica.

3.1. Dados sociais

As transformações venezuelanas no que se refere aos dados sociais são bastante profundas e, com exceção do setor de Saúde, em geral são mais significativas do que os avanços na média da América Latina.

O crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano na Venezuela intensificou-se grandiosamente na década de 2000 em relação às duas décadas anteriores. Além disso, nesse período mais recente o crescimento é muito maior do que o da América Latina, dos países com IDH Elevado e do que a média mundial.

Na Educação, o avanço na taxa de alfabetização é um pouco menor do que a média da América Latina, mas o crescimento nas taxas de matrícula é maior nos dois níveis sobre os quais foi feita a comparação (os dados do segundo nível de ensino para a América Latina não estavam disponíveis), sendo que no terceiro nível a diferença em favor da Venezuela é bastante alta. Os índices de Saúde são o ponto fraco da gestão de Hugo Chávez. Embora haja melhora em todos os que foram aqui analisados, a melhora é sempre menor do que a média latino-americana. A Venezuela só fica à frente na satisfação com a qualidade dos cuidados de Saúde.

Além dos avanços profundos no IDH e nas taxas de matrícula escolar, chama a atenção nos dados sociais sobre a Venezuela o papel das Misiones. São dezenas de programas sociais nos quais atuam profissionais locais e estrangeiros e que se propõem a

chegar às comunidades mais pobres do país levando serviços públicos que nunca foram oferecidos a essas pessoas. Isso acontece através de práticas que ocorrem “fora” do aparato institucional tradicional, de certa forma ampliando o Estado ao conectá-lo, por vias não tradicionais, às demandas sociais dos setores mais pobres. As Misiones configuram, nesse sentido, uma transformação profunda na forma de atuação do Estado venezuelano, especialmente se pensadas em seu conjunto e em sua abrangência. Apenas a Misión Barrio Adentro, que trabalha com Saúde da Família, proporcionou até 2012 quase 600 milhões de consultas. Na Misión Milagro, que trata de problemas oculares, foram mais de 18 milhões de consultas. Embora o avanço nos dados analisados na área da Saúde seja menor do que a média latino-americana, as Misiones dedicadas a este setor têm alcançado números bastante significativos. Há ainda resultados importantes das Misiones nas áreas de Educação e proteção social.

3.2. Dados de política externa

Não é difícil identificar que, nos quatorze anos de presidência de Hugo Chávez, houve uma mudança de eixo no comércio exterior da Venezuela. No que se refere às exportações, um grande crescimento em direção à Ásia e Pacífico, um grande crescimento em direção à China, um crescimento consistente em direção à União Europeia, uma pequena queda para a América Latina e uma queda importante nas exportações para os Estados Unidos. Nas importações há o mesmo tipo de movimento em relação a Ásia e Pacífica, China e Estados Unidos, uma pequena queda nas negociações com a União Europeia e um bom crescimento na América Latina. Porém, quando analisamos esses dados em comparação com os demais países latino-americanos, o que vemos é que a Venezuela apenas segue a tendência do subcontinente. E, mais do que isso, a redução do comércio com os Estados Unidos, representativa da dependência típica da história recente da América Latina, não é significativa na Venezuela em relação aos demais países da região, especialmente no que se refere ao destino das exportações.

Por outro lado, 55% dos investimentos em infraestrutura na América Latina entre 2003 e 2011 têm origem na Venezuela. O Brasil fica em segundo lugar, com 30%, seguido pela Argentina, com apenas 6%. Esse dado demonstra uma participação importante do governo de Chávez nos avanços latino-americanos e uma preocupação com a integração da região.

3.3. Dados políticos

Todos os dados políticos analisados no presente trabalho demonstram avanços na Venezuela mais significativos do que os do restante da América Latina. Em alguns casos a predominância venezuelana é bastante ampla, indicando um processo importante de politização da população venezuelana, indício fundamental para identificação de um processo de transformação realmente profundo.

Além de ter reduzido de forma constante e importante o índice de abstenção eleitoral, a Venezuela está consideravelmente à frente da América Latina em todos os números de participação política analisados no presente trabalho. Os venezuelanos acreditam na eficácia do voto muito mais do que a média da região (ficam em 2º lugar), participam muito mais de manifestações autorizadas (1º lugar, com mais do que o dobro do que a média), estão também em primeiro lugar entre os que mais falam sobre política, entre os que “tentam convencer politicamente” e entre os que mais trabalham para um candidato ou partido político. É na Venezuela também que está o menor índice de concordância com a seguinte frase: “A política é tão complicada que não se entende”.

Também nos temas relacionados à questão da democracia a Venezuela chega a um estágio mais avançado do que o restante da América Latina. O apoio à democracia tem na Venezuela um crescimento constante desde 1995, o maior crescimento da região. Da mesma forma, o índice obtido a partir da pergunta “quão democrático é o país” é, na Venezuela, o maior entre os países latino-americanos. A satisfação com a democracia e o crescimento desse índice entre 1996 e 2010 ficam um pouco acima da média da América Latina.

A respeito da percepção política da população a Venezuela também fica à frente da média da região. Na percepção sobre atitudes cívicas, esse resultado acontece em todos os três itens apresentados. O mesmo ocorre na crença na oportunidade de que as próprias ideias cheguem ao poder, no crescimento da confiança nos partidos políticos entre 2003 e 2010 (no que fica em 2º lugar), e na crença no Estado para a solução de problemas diversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No item 2.7 do presente trabalho citamos o historiador Crane Brinton (1958), que destaca a diferença entre o trabalho de um físico e o trabalho de um cientista social: “o cientista social não pode medir a mudança com um termômetro tão exato como o do físico e dizer quando é que a mudança comum passa, através da ebulição, a mudança revolucionária” (p. 47). Essa análise se fez real ao longo do desenvolvimento desta monografia.

O que vimos com os dados sociais, políticos e econômicos anteriormente apresentados é que há, na Venezuela, um processo de reformas amplas e profundas, e que essas reformas são, em boa medida, mais amplas e mais profundas do que as mudanças no restante da América Latina, o que reduz drasticamente a possibilidade de que as transformações venezuelanas sejam causadas simplesmente por um contexto regional de melhorias nas condições de vida da população. São, portanto, resultado de um contexto nacional, e diversos dados analisados demonstram que essas transformações tiveram início – ou se intensificaram – com Hugo Chávez na presidência.

Não é possível, através da abordagem proposta por este trabalho, identificar a questão da **intenção** das reformas, mas se pode, sim, analisá-las em seu **conjunto** e de acordo com os **tipos** de transformações.

Em relação a este último item, fica claro, analisando os dados trabalhados anteriormente, que as mudanças mais profundas se referem a questões políticas, à participação e interesse da população na política institucional ou cotidiana. Esse tipo de mudança, embora não seja consequência direta de *reformas* legais específicas, pode ser atribuída à chegada de Chávez à presidência na medida em que modifica a lógica de períodos anteriores e aparece com muito mais destaque do que o faz nos demais países da América Latina. Além disso, transformações desse tipo colocam-se como importante fator na análise da problemática *reforma x revolução* por abrirem caminho para possíveis novas transformações a média e longo prazo.

Sobre a questão do **conjunto** de reformas, o que podemos perceber é que, de modo geral, os dados analisados apontam mudanças mais intensas do que períodos anteriores

equivalentes e do que a média da América Latina, resultando em um *conjunto* mais amplo e profundo de transformações.

As análises expostas nos dois parágrafos anteriores não levam, porém, a conclusões definitivas sobre a questão levantada no início desta monografia. O fato de a Venezuela avançar mais do que a média da América Latina – ou, em alguns casos, do que todos os outros países da região – não implica que os venezuelanos vivam um processo revolucionário, implica apenas que estejam mais próximos disso do que os demais.

Ao mesmo tempo, os autores que servem de base teórica a este trabalho destacam a possibilidade de que revoluções sejam construídas não apenas através de rompimentos bruscos e únicos, mas de uma série de reformas que, de acordo com sua **intenção, tipo e conjunto** podem levar mais adiante à consolidação de uma *revolução*. Destaca-se ainda mais a possibilidade de caminhos desse tipo em países da periferia do capitalismo – caso da Venezuela –, que teriam de passar por uma *revolução burguesa* ou *nacional* para chegar, em um processo de certa forma concomitante, a uma *revolução socialista*.

É nesse sentido que os dados aqui apresentados apontam: um conjunto de reformas que, por seu tipo e por seu conjunto, podem levar a uma revolução. São, portanto, no estágio atual, ainda apenas *reformas*, mas que possuem um *potencial revolucionário*. Não se trata aqui da construção de exercícios de “futurologia”, mas da compreensão de que processos revolucionários podem ser longos e, em meio a seu caminho, consolidarem-se ou não, e que precisar neste momento o que virá a acontecer não só é impossível como foge aos objetivos deste trabalho e aos compromissos científicos que assumiu.

Alguns complementos seriam importantes para que se pudesse aprofundar a compreensão sobre a qualidade, a capacidade de transformação e o potencial revolucionário das reformas que a Venezuela viveu durante os quatorze anos em que Hugo Chávez esteve na presidência. Para avaliar a questão da intenção, por exemplo, a análise de discursos do líder desse processo, Chávez, seria um tema interessante para um trabalho posterior. Em sentido semelhante, entrevistas com autoridades do governo venezuelano e com amostras da população – especialmente dos beneficiados pelas mudanças em marcha – podem ajudar a completar o quadro de análise. Outra abordagem interessante que contribuiria para a discussão aqui proposta seria a comparação entre a Constituição anterior a Chávez e a que foi formulada e aprovada logo no início de seu mandato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMENTA, Núnzio Renzo. **A guerra de Hugo Chávez contra o colonialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BRINTON, Crane. **Anatomia das Revoluções**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1958.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Panorama Social da América Latina**. Disponível em www.eclac.org. Acesso em outubro de 2013.
- CONSELHO NACIONAL ELEITORAL DA VENEZUELA (CNE). **Resultados Electorales**. Disponível em www.cne.gov.ve. Acesso em outubro de 2013.
- FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- INSTITUTIO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DA VENEZUELA (INE). **Misiones**. Disponível em www.ine.gov.ve. Acesso em outubro de 2013.
- LATINOBARÓMETRO. **Informe Latinobarómetro**. Disponível em www.latinobarometro.org. Acesso em outubro de 2013.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MONIZ, Edmundo. **A originalidade das revoluções**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatórios de Desenvolvimento Humano Global**. Disponível em www.pnud.org.br. Acesso em outubro de 2013.
- POSADAS, J. **El Estado revolucionário y la transición al socialismo**. Brasília: Ediciones Ciencia Cultura y Política, 2009.
- RODRIGUES, Miguel Urbano. **Opções da revolução na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- SINGER, Paul. **O que é socialismo, hoje**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- TROTSKY, Leon. **Programa de transição para o socialismo**. Porto Alegre: Editora Combate Socialista, s.d.
- TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. Lisboa: Antidoto, 1977.